

## Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08

## Relatório da Administração 2018



**Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.** A Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. ("Companhia" ou "AB Nascentes das Gerais"), constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais – SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) – Itaúna – Divinópolis – Formiga – Piumhi – Passos – São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. **AB Concessões S.A.** A AB Concessões é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de cinco mil quilômetros de rodovias na Itália, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

**1. Destaques do ano de 2018:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2018 cresceu 5,2% em relação ao ano de 2017, alcançando R\$ 127.595 mil. A receita líquida no ano de 2018 foi de R\$ 129.573 mil (+6,9%). O tráfego da Companhia em 2018 foi de 21.770 mil de eixos equivalentes, volume 1,2% acima do tráfego registrado no ano de 2017. O EBITDA ajustado em 2018 foi de R\$ 63.056 mil (+24,6%).

**2. Desempenho Operacional:** O crescimento no tráfego em eixos equivalentes foi de +1,2%. Essa variação pode ser explicada pelos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050. Outro fator importante constado pela Administração da Companhia foi a retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento, madeiras. O tráfego na Rodovia é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lineares à Rodovia.

**3. Desempenho Econômico-Financeiro**

	2018	AV%	2017	AV%	Var R\$	Var %
Receita Operacional Líquida	177.220	100,0%	207.037	100,0%	(29.817)	-14,4%
Custo Dos Serviços Prestados	(141.574)	-79,9%	(203.697)	-98,4%	62.123	-30,5%
Lucro Bruto	35.646	20,1%	3.340	1,6%	32.306	967,2%
Receitas (Despesas) Operacionais	(44.356)	-25,0%	(44.677)	-21,6%	321	-0,7%
Despesas gerais e administrativas	26	0,0%	352	0,2%	(326)	-92,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	(8.684)	-4,9%	(40.985)	-19,8%	32.301	-78,8%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro						
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	1.450	0,8%	10.449	5,0%	(8.999)	-86,1%
Despesas financeiras	(70.928)	-40,0%	(76.230)	-36,8%	5.302	-7,0%
	(69.478)	-39,2%	(65.781)	-31,8%	(3.697)	5,6%

	2018	AV%	2017	AV%	Var R\$	Var %
Lucro Operacional e Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(78.162)	-44,1%	(106.766)	-51,6%	28.604	-26,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos	26.491	14,9%	36.130	17,5%	(9.639)	-26,7%
Lucro Líquido do Exercício	(51.671)	-29,2%	(70.636)	-34,1%	18.965	-26,8%
Lucro Por Ação Básico E Diluído – R\$	(0,13)		(0,20)		0,07	-35,0%

1 Exclui as Receitas de Construção. 2 Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. 3 O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção). **Receita Líquida:** A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2018	AV%	2017	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	127.595	100,0%	121.269	100,0%	6.326	5,2%
Outras receitas	14.113	11,1%	11.011	9,1%	3.102	28,2%
Receita de serviços de construção (*)	47.647	37,3%	85.884	70,8%	(38.237)	-44,5%
Receita bruta	189.355	148,4%	218.164	179,9%	(28.809)	-13,2%

	2018	AV%	2017	AV%	Var R\$	Var %
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	(6.172)	-4,8%	(5.683)	-4,7%	(489)	8,6%
PIS	(1.062)	-0,8%	(969)	-0,8%	(93)	9,6%
COFINS	(4.901)	-3,8%	(4.475)	-3,7%	(426)	9,5%
Receita líquida	177.220	138,9%	207.037	170,7%	(29.817)	-14,4%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	129.573	100,0%	121.153	100,0%	8.420	6,9%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 121.153 mil no exercício encerrado em 31/12/2017, para R\$ 129.573 mil no exercício encerrado em 31/12/2018. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2018, o tráfego em eixos equivalentes foi de 21.770 mil, volume 1,2% acima do tráfego registrado no ano de 2017 (21.503 mil de eixos equivalentes); ii) reajuste do valor da tarifa básica de pedágio, baseado na evolução do IPCA até abril/2018, para vigorar a partir de 13/06/2018;

**Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas** Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 203.697 mil no exercício encerrado em 31/12/2017 para R\$ 141.574 mil no exercício encerrado em 31/12/2018.

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 44.677 mil no exercício encerrado em 31/12/2017 para R\$ 44.356 mil no exercício encerrado em 31/12/2018.

	2018	AV%	2017	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros – conserva, manutenção e operação das rodovias	(17.932)	9,6%	(48.355)	19,5%	30.423	-62,9%
Amortização de intangível	(53.808)	28,9%	(43.246)	17,4%	(10.562)	24,4%
Gastos com prestadores de serviços	(18.241)	9,8%	(21.280)	8,6%	3.039	-14,3%
Gastos com funcionários	(15.069)	8,1%	(14.233)	5,7%	(836)	5,9%
Gastos com materiais e equipamentos	(2.276)	1,2%	(2.191)	0,9%	(85)	3,9%
Custos com construção	(47.647)	25,6%	(85.884)	34,6%	38.237	-44,5%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(38.592)	20,8%	(30.298)	12,2%	(8.294)	27,4%
Reembolso de Seguros	11.526	-6,2%	–	0,0%	11.526	0,0%
Despesas com seguros	(745)	0,4%	(1.064)	0,4%	319	-30,0%
Outras despesas	(3.146)	1,7%	(1.823)	0,7%	(1.323)	72,6%
Outras receitas	26	0,0%	352	0,1%	(326)	-92,6%
	(185.904)	100,0%	(248.022)	100,0%	62.118	-25,0%

Classificadas como:  
Custo dos serviços prestados (141.574) 76,2% (203.697) 82,1% 62.123 -30,5%  
Gerais e administrativas (44.356) 23,9% (44.677) 18,0% 321 -0,7%  
Outras receitas operacionais, líquidas 26 0,0% 352 0,1% (326) -92,6%  
Total (185.904) 100,0% (248.022) 100,0% 62.118 -25,0%

	2018	AV%	2017	AV%	Var R\$	Var %
O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais						
Funcionários	(15.069)	12,5%	(14.233)	12,5%	836	5,9%
Materiais e equipamentos	(2.276)	1,9%	(2.191)	1,9%	85	3,9%
Prestadores de serviços	(18.241)	15,2%	(21.280)	18,7%	3.039	-14,3%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(38.592)	32,1%	(30.298)	26,6%	8.294	27,4%
Reembolso de Seguros	11.526	-9,6%	–	0,0%	11.526	0,0%
Outras receitas/ despesas	(3.865)	3,2%	(2.535)	2,2%	(1.330)	52,5%
Sub Total	(66.517)	55,3%	(70.537)	62,0%	4.020	-5,7%
Depreciação e amortização	(53.808)	44,7%	(43.246)	38,0%	10.562	24,4%
Sub Total	(120.325)	100,0%	(113.783)	100,0%	6.542	5,7%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2018	AV%	2017	AV%		Var %
Conserva especial	(21.667)	33,0%	(21.489)	16,0%	1.178	0,8%
Constituição da provisão para manutenção	(17.932)	27,3%	(48.355)	36,0%	30.423	-62,9%
Utilização da provisão para manutenção	21.667	33,0%	21.489	16,0%	1.178	0,8%

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2018 (Em milhares de reais – R\$)**

	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos Circulantes</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	76.973	14.851	1.047	104
Contas a receber de clientes	5.008	4.605	27.970	32.927
Contas a receber do Poder Concedente	3.120	–	8.493	7.564
Impostos a recuperar	241	3.945	3.426	3.269
Partes relacionadas	–	2.647	1.659	1.393
Outros ativos	827	906	78.578	67.129
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>86.169</b>	<b>26.954</b>	<b>121.663</b>	<b>113.069</b>
<b>Não Circulantes</b>				
Impostos a recuperar	658	1.563	–	–
Contas a receber do Poder Concedente	–	–	500.094	472.572
Outros ativos	11.526	–	5.785	5.785
Despesas Antecipadas	313	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.583	73.092	57.393	18.801
Depósitos e bloqueios judiciais	28.326	27.685	58.477	72.908
Intangível	720.638	759.558	621.749	570.066
Ativo contratual	38.598	–	–	–
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>899.642</b>	<b>861.898</b>	<b>1.189.621</b>	<b>1.163.353</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>985.811</b>	<b>888.852</b>	<b>1.311.284</b>	<b>1.276.422</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018 (Em milhares de reais – R\$)**

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos Em 31/12/2016</b>	<b>233.526</b>	<b>(20.000)</b>	<b>7.401</b>	<b>(89.574)</b>	<b>131.353</b>
Aumento de capital em espécie	125.000	20.000	–	–	145.000
Prejuízo do período	–	–	–	(70.636)	(70.636)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>358.526</b>	<b>–</b>	<b>7.401</b>	<b>(160.210)</b>	<b>205.717</b>
Aumento de capital em espécie	88.353	–	–	–	88.353
Prejuízo do período	–	–	–	(51.671)	(51.671)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>446.879</b>	<b>–</b>	<b>7.401</b>	<b>(211.881)</b>	<b>242.399</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018 (Em milhares de reais – R\$)**

	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do período	(51.671)	(70.636)	<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>(51.671)</b>
				<b>(70.636)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Despesas com construção  
Sub Total  
Total Custos e Despesas Operacionais

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: - Funcionários: i) reajuste salarial negociado junto ao sindicato de categoria; e ii) reajustes nos valores dos benefícios oferecidos aos funcionários. - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

**EBITDA Ajustado**

	2018	AV%	2017	AV%	Var %
Receita líquida	177.220		207.037		-14,4%
Receita de construção	(47.647)	72,7%	(85.884)	64,0%	-44,5%
Receita líquida (ex receita de construção)	129.573		121.153		6,9%
Custos operacionais	(185.904)		(248.022)		-25,0%
Custos de construção	47.647		85.884		-44,5%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(138.257)		(162.138)		-14,7%
EBIT	(8.684)		(40.985)		-78,8%
Depreciação e amortização	53.808		43.246		24,4%
EBITDA	45.124		2.261		1895,8%
Provisão para manutenção	17.932		48.355		-62,9%
EBITDA Ajustado	63.056		50.616		24,6%
Margem EBITDA Ajustada	48,7%		41,8%		16,5%

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 63.056 mil em 2018 (+24,6%).

**Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro:** O prejuízo operacional antes do resultado financeiro passou de -R\$ 40.985 mil no exercício encerrado em 31/12/2017 para -R\$ 8.684 mil no exercício findado em 31/12/2018.

**Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro da Companhia foi de -R\$ 69.478 mil em 2018 (5,6%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

**Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:** O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social passou de -R\$ 106.766 mil no exercício encerrado em 31/12/2017 para -R\$ 78.162 mil no exercício encerrado em 31/12/2018.

**Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição Social passaram de R\$ 36.130 mil no exercício encerrado em 31/12/2017 para R\$ 26.491 mil no exercício encerrado em 31/12/2018.

**Prejuízo Líquido do Exercício:** O prejuízo líquido do Exercício passou de -R\$ 70.636 mil no exercício encerrado em 31/12/2017 para -R\$ 51.671 mil no exercício encerrado em 31/12/2018.

**Aumento de Capital:** Em 14/12/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 66.000 mil, com a emissão de 66.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nesta data, em espécie. Em 13/06/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 15.000 mil, com a emissão de 15.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 05/03/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$ 7.353 mil, com a emissão de 7.352.676 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie.

**Investimentos:** Em 2018, foram investidos aproximadamente R\$ 53.485 mil nas rodovias da concessionária. A Nascentes das Gerais entregou aos usuários um novo dispositivo de acesso à Passos, pela Av. Arlindo Figueiredo, além de quatro novas passarelas, sendo duas no trecho na MG-050, próximo aos municípios de Mateus Leme e Itaúna, e outras duas na BR-491 em São Sebastião do Paraíso.

**Dívida:** A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 424.168 mil reais em 31/12/2018, como resultado da 4ª emissão de debêntures.

**4. Governança Corporativa:** Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

**Conselho de Administração**

• O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

• Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia

• Com regimento referente a periodicidade de reuniões

• Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

**Auditoria e Demonstrações Financeiras**

• Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras

• Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

... continuação

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018 (Em milhares de reais - R\$)

2018 2017 2018 2017
Receitas 127.595 121.269
Receita de arrecadação com pedágio 47.647 85.884
Receita de construção 14.113 11.011
Outras receitas - contraprestação pecuniária 189.355 218.164

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Jatubá) - Itáua - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 06/03/2017, o registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo"). O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SETOP, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SETOP, conforme anteriormente especificado. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SETOP. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho - QID, cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$1.176 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 16/04/2015, foi sancionado o Decreto Federal nº 8.433, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto. Em 01/07/2013, foi assinado o 6º Termo Aditivo - TA ao contrato de concessão que: (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro e adequação gerencial, constante no 5º TA; (b) alterou o plano de negócios da rodovia, constante no 5º TA; e (c) alterou o QID, constante no 5º TA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do TA nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionados na Nota 4 e com a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente (Nota 10), e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. O acionista AB Concessões S.A. garantiu à Companhia, o ressarcimento de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais junto ao Poder Concedente, conforme mencionado no item "b" acima, e no montante de R\$36.647, com base aos acordos vigentes. Do total do ressarcimento, R\$32.000 foram recebidos durante o exercício findo em 31/12/2017 e R\$2.647 recebidos em janeiro de 2018. Neste TA também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada: Rodovia MG 050 • Duplicação do trecho compreendido entre o km 57,6 e o km 61,1, localizado no município de Jatubá, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o km 61,1 e o km 66,9, localizado entre os municípios de Jatubá e Mateus Leme, com implantação de três passagens inferiores de veículos e de pedestres, um dispositivo de retorno com uma passagem superior, três passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres. (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o km 66,9 e o km 69,1, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de 5,2 km de vias marginais, uma passagem inferior de pedestres, dois dispositivos de retorno com passagem superior de veículos, um dispositivo de retorno com passagem inferior de veículos e três passarelas de pedestres (concluída); • Obras de drenagem urbana do município de Mateus Leme entre os km 67,6 e km 68,9 (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o km 69,1 e o km 75,7, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível, uma ponte, um viaduto e uma passarela de pedestres (concluída); • Passarela de pedestres km 62,8. (concluída); • Duplicação do km 84,8 ao km 89,3, localizado no município de Itáua, com implantação de 3 interseções com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e 1 passagem superior, e implantação de dispositivo de retorno em nível. (concluída); • Passarela de pedestres km 85,3. (concluída); • Duplicação do km 120,9 ao km 122,4, localizado no município de Divinópolis, com Implantação de Ponte sobre o Rio Itapeçuba e Passagem Inferior para travessia de Pedestres no km 122 (concluída); • Duplicação do km 124,9 ao km 127,2, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Interseção para acesso à BR-491 com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o km 200,3 e o km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída); • Alteração de traçado e greide travessia do município de Côrrego Fundo com implantação de ponte, do km 212,4 ao km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída); • Duplicação no trecho compreendido entre o km 263,4 ao km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída); • Interseção em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 km 330,8 ao km 331,4 (concluída); • Duplicação do km 372,4 ao km 373,8, localizado no município de Itáua de Minas, com implantação de Interseção a MG-344/Cássia e fábrica Itáua com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída); • Realização de 27,2km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída); • Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída); • Implantação de 71,8 km de terceiras faixas na rodovia (concluída); • Execução de 05 dispositivos em nível (concluída). Rodovias BR-491 e BR-265; • Duplicação do

mencionado na nota 9. c) Determinação das receitas de construção: Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, conforme normas internacionais de contabilidade-IFRS. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas internacionais de contabilidade-IFRS. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. No exercício findo em 31/12/2018, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$47.647 (R\$85.884 em dezembro de 2017), e custo de construção nos mesmos valores. d) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada: A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são: 2.1. Instrumentos financeiros ativos: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. a) Caixa e equivalentes de caixa: Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição. b) Contas a receber de clientes e o Poder Concedente: Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda. A Companhia não constitui provisão para redução de contas a receber por não haver histórico de perdas. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. ii - A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. 2.2. Ativo intangível: A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. O ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual (nota explicativa nº 6). A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfielta ao longo do tempo em que a mesma é construída. A aplicação do CPC47 a partir de 01/01/2018, gerou uma reclassificação de ativo intangível em curso

para ativo contratual (infraestrutura em construção) no montante de R\$ 25.558 (nota explicativa nº 6). 2.4. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31/12/2018 e exercício findo em 31/12/2017. 2.5. Instrumentos financeiros passivos: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Empréstimos e financiamentos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos, exceto aqueles capitalizados aos ativos qualificáveis, conforme descrito na nota 2.2. 2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários e dos ajustes referentes a mudanças de políticas contábeis, conforme a nota 11. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 2.7. Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota 10. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. 2.8. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. Receita de contraprestação pecuniária: Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SETOP à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na nota 1. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota 2.c. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. 2.9. Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do trimestre e do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. 2.10. Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029. 2.11. Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência

continua ...

... continuação

patrimonial, receitas financeiras e outras receitas) 2.12. **Demonstração do valor adicionado:** A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.13. **Pronunciamentos e interpretações técnicos emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Companhia:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor. O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) não seja significativo. CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente” pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 01/01/2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia. 2.14. **Pronunciamentos e interpretações técnicos emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Companhia:** Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 01/01/19. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como a Companhia opera em um ambiente tributário multinacional, a aplicação da interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

3. **Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017
Caixa e contas bancárias	1.408	1.563
Aplicações financeiras (a)	75.565	13.288
Total	76.973	14.851

(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remuneradas na média à taxa de 97,47% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. **Contas a receber de cliente e do Poder Concedente**

	2018	2017
Pedágio eletrônico (a)	4.838	4.504
Cupons de pedágio	170	101
Contraprestação pecuniária (b)	5.008	4.605
Total	3.120	—
	3.120	—

Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente 8.128 4.605

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide nota 17. (b) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – CODEMIG, que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. Após a homologação do TA07, mencionada na Nota 1, o valor a receber de contraprestação pecuniária foi compensado com os gastos incorridos pela Companhia para a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente. A compensação dos valores gerou um valor a pagar ao Poder Concedente de R\$8.841, registrado na rubrica “Contas a pagar ao Poder Concedente”, que foi parcialmente compensado durante o exercício findo em 31/12/2017 com o valor das contraprestações pecuniárias futuras. Em 31/12/2018, o saldo a receber do Poder Concedente relativo a contraprestação pecuniária era de R\$3.120 (saldo a pagar de R\$405, após compensação com os valores de contraprestação pecuniária, em 31/12/2017) O valor em aberto não inclui o desequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária estabelecido no âmbito do TA07, que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária – SETOP.

5. **Partes relacionadas** – As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais

	2018	2017
Ativo circulante	261.047	261.094

7. **Debêntures**

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	2018	2017
4ª emissão					
1ª série	260	CDI a 100% + 4% a.a.	Junho/2022	261.047	261.094
2ª série	200	CDI a 100% + 6% a.a.	Julho/2022	243.047	215.551
Custo de transação				(2.953)	(3.969)
				501.141	472.676
				1.047	104
Circulante				500.094	472.572
Não circulante				—	—

4ª emissão: Em 14/06/2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em duas séries: 4ª emissão: • 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada em espécie com garantia real. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14/06/2022; • 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros são pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. As debêntures da 4ª emissão da Companhia são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora. 2. Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na nota 1. 3. Fiança da controladora AB Concessões S.A. Durante o exercício findo em 31/12/2018 foram apropriados juros de R\$55.494 (R\$59.708 em 2017) e foram pagos juros no montante de R\$27.029 (R\$69.795 em 2017). Cláusulas restritivas: A escritura da 4ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. A Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2018. A escritura da 4ª emissão está arquivada e disponível para consulta na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures” no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br).

8. **Fornecedores**

	2018	2017
Fornecedores de serviços de construção	25.251	25.849
Fornecedores operacionais	2.719	7.078
Total	27.970	32.927

**Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**

	2018	2017
Saldos patrimoniais	261.047	261.094
Controladora	—	—
AB Concessões S.A. (a)	—	2.647
Total	—	2.647
Passivo circulante		
Fornecedores de serviços	8.493	7.564
Controladora	8.493	7.564
AB Concessões S.A. (b)		
Total		
Transações	2018	2017
Custos e despesas	929	3.795
Controladora	929	3.795
AB Concessões S.A. (b)		
Total		

(a) Refere-se ao saldo ressarcido pelo acionista referente a parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais junto ao Poder Concedente, conforme mencionado na nota 1. (b) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da estrutura física, não estando sujeito a encargos financeiros, e sem a prestação de garantias adicionais. Outras informações – debêntures inscritas por parte relacionada: Conforme mencionado na nota 7, em 14/06/2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, em 02 (duas) séries – 1ª Série e 2ª Série – sendo 260 e 200 debêntures não conversíveis em ações, respectivamente, com valor nominal unitário de R\$1.000, sendo estas últimas, 2ª Série no montante de R\$200.000, inscritas por sua parte relacionada Autostrada Concessões e Participações Brasil Ltda. (“Autostrade”), remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros serão pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31/12/2018 foi de R\$1.627 (R\$1.478 em 31/12/2017), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	2018	2017
Salários	1.024	949
Encargos	324	309
Outros benefícios	279	220
Total	1.627	1.478

6. **Ativo contratual e intangível da concessão** – A movimentação é

	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31/12/2016	848.975	679	849.654
Adições	95.347	64	95.411
Reversões	(21.942)	—	(21.942)
Saldos em 31/12/2017	922.380	743	923.123
Adições	53.485	5	53.490
Reversões	(4)	(4)	(8)
Saldos em 31/12/2018	975.861	748	976.609
Amortização acumulada	(120.016)	(303)	(120.319)
Amortização	(43.139)	(107)	(43.246)
Saldos em 31/12/2017	(163.155)	(410)	(163.565)
Amortização	(53.701)	(108)	(53.809)
Reversões	1	—	1
Saldos em 31/12/2018	(216.855)	(518)	(217.373)
Saldos em 31/12/2017	759.225	333	759.558
Saldos em 31/12/2018	759.006	230	759.236
Taxa média de amortização (a.a)	7,07%	20%	
Ativo intangível			720.638
Ativo contratual			38.598
Total ativo da concessão			759.236

(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de frágico estimada para o período da concessão e registrada na rubrica “Custo dos serviços prestados”. Ativo contratual (infraestrutura em construção): O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito a contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Do total do intangível em rodovias em 31/12/2018, R\$38.598 representam intangíveis em rodovia em andamento (R\$25.558 em 31/12/2017), os quais foram reclassificados para a rubrica de Ativo contratual. A Administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a Administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

(i) Conforme mencionado na nota 1, com a homologação do TA07 durante o exercício findo em 2017, houve a revisão do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, gerando uma reversão de investimentos em rodovias no montante de R\$21.942, reconhecida durante o exercício findo em 31/12/2017 contra a rubrica do ativo intangível em rodovias.

10. **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros** – A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários. A

	2018	2017
Cíveis (a)	15.397	2.150
Trabalhistas (b)	2.150	—
Outras contingências (c)	1.254	5.511
Total	18.801	34.808
	2016	2015
Cíveis (a)	10.545	4.664
Trabalhistas (b)	3.580	2.252
Outras contingências (c)	3.084	24.883
Total	17.209	31.799

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, a desapropriações ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregadores de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Público, inclusive ambientais

10. **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros** – Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não tributários ou trabalhistas) decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$61.528 (R\$45.923 em 31/12/2017), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregadores de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$1.781 (R\$1.319 em 31/12/2017). O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$2.144 e R\$26.182, respectivamente, em 31/12/2018 (R\$2.037 e R\$25.648, respectivamente, em 31/12/2017), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$44.941, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e não figurou na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob construção judicial.

11. **Imposto de renda e contribuição social diferidos** – a)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018	2017
Diferença temporária		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	57.393	18.801
Obrigações fiscais	1.655	1.587
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	145.153	117.039
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	57.737	62.014
Constituição da provisão de manutenção e investimento	145.005	126.392
Base de cálculo	406.943	325.833
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do crédito	138.361	110.783

11. **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2018	2017
Diferença temporária:		
Diferença de taxa de amortização (ii)	(95.316)	(102.315)
Outros Ativos	(11.526)	—
Encargos financeiros a apropriar	(2.954)	(3.969)
Juros de debêntures capitalizados	(4.255)	(4.572)
Base de cálculo	(114.051)	(110.856)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	(38.778)	(37.691)
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	99.583	73.092

(i) O montante líquido de R\$57.737 em 31/12/2018 (R\$62.014 em 2017) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais. (ii) Correspondem à diferença temporária entre a depreciação fiscal dos bens, suportada por laudo preparado por avaliadores externos, e a amortização contábil do intangível. Esse laudo foi preparado com base na vida útil remanescente dos itens, cuja estimativa é comparável com as taxas de vida útil publicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	2018	2017
Ano 2019	25.214	—
Ano 2020	5.138	—
Ano 2021	5.138	—
Ano 2022 em diante	102.871	—
Total	138.361	—

Reconciliação dos tributos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos são reconciliados com a alíquota nominal de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(78.162)	(106.766)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social	26.575	36.300
Outras diferenças permanentes	(84)	(170)
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	26.491	36.130

11. **Patrimônio líquido** – Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2018 é de R\$446.879, representado por 446.879,026 ações ordinárias (R\$358.526 em 31/12/2017 representado por 358.525,349 ações ordinárias), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A. Em 14/12/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$66.000, com a emissão de 66.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nesta data, em espécie. Em 13/06/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$15.000, com a emissão de 15.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 05/03/2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$7.352,676 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 22/06/2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$5.000, com a emissão de 5.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 13/01/2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a integralização do capital social remanescente da Companhia, no valor de R\$20.000, integralizado em espécie e aprovou o aumento de capital social em R\$100.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações sem valor nominal sendo integralizado o valor total em espécie. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/10/2016, foi aprovado o aumento no capital social em R\$120.000, com a emissão de 120.000.000 de novas ações sem valor nominal, sendo integralizados na data da ata R\$90.000 em espécie e o restante, no montante de R\$30.000.

12. **Patrimônio líquido** – Reservas de capital: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/07/2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas

Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam advir de referidos casos e estima que a decisão final dessas ações não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes. A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa nº 20, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$ 11.526. A movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	2018	2017
Adições	11.788	(26.564)
Reversões	(2.464)	(2.272)
Utilizações	(2.919)	(2.191)
Atualizações	37.470	35.172
Total	1.681	16.604
	2017	2016
Adições	11.788	11.788
Reversões	(2.464)	(2.464)
Utilizações	(2.919)	(2.919)
Atualizações	37.470	35.172
Total	1.681	16.604

do grupo. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$7.401 como contrapartida dos saldos incorporados. Reservas de lucros e distribuição de dividendos: A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Companhias por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Companhias por Ações. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte aquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029, motivo pelo qual os valores devidos estão classificados no passivo não circulante.

13. **Receita operacional líquida** – A receita é composta conforme a seguir:

	2018	2017
Receita de serviços prestados	127.595	121.269
Outras receitas – contraprestação pecuniária	14.113	11.011
Receita de serviços de construção (i)	47.647	85.884
Receita bruta	189.355	218.164
Impostos sobre as vendas		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(6.172)	(5.683)
PIS	(1.062)	(969)
COFINS	(4.901)	(4.475)
Receita líquida	177.220	207.037
(i) Vide nota 2.c).		

14. **Custos e despesas por natureza**

	2018	2017
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	(17.932)	(48.355)
Despesas de amortização	(53.808)	(43.246)
Despesas com prestadores de serviços	(18.241)	(21.280)
Despesas com empregados	(15.069)	(14.233)
Despesas com materiais e equipamentos	(2.276)	(2.191)
Custos com construção (i)	(47.647)	(85.884)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(38.592)	(30.298)
Reembolso com seguro	11.526	—
Despesas com seguros	(745)	(1.064)
Outras despesas	(3.146)	(1.823)
Outras receitas	26	352
Total	(185.904)	(248.022)
Classificadas como		
Custo dos serviços prestados	(141.574)	(203.697)
Despesas gerais e administrativas	(44.356)	(44.677)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	352

... continuação		Concessionária da Rodovia MG050 S.A.			
	2018	2017			
Dívida financeira total	504.094	476.645	<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	(76.973)	(14.851)	Contas a receber de clientes e do Poder		
Dívida líquida	427.121	461.794	Concedente	8.128	4.605
Patrimônio líquido	242.399	205.717	Partes relacionadas	-	2.647
Índice de endividamento líquido	1,76	2,24	Outros ativos- adiantamento a fornecedores	336	342
A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,76 em 31/12/2018 (2,24 em 31/12/2017), como resultado da 4ª emissão de debêntures públicas (nota 7), cujos recursos foram destinados para o resgate total das debêntures da 3ª emissão, emitidas em 16/04/2015.			<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
<b>Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado:</b> Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que: 1. O caixa e equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI. 2. As contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:					
	2018	2017			
Debêntures (*)	501.141	587.369	Forneceadores e partes relacionadas	36.725	40.491
(*) Valores líquidos dos custos de transação. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2018 a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2018. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2018. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:					
	Valor contábil	Valor justo contábil	2018	2017	
Debêntures (*)	501.141	587.369	472.676	574.993	
(*) Valores líquidos dos custos de transação. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2018 a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2018. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2018. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:					
	2018	2017			
Designados ao valor justo por meio do resultado	76.973	14.851			
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	76.973	14.851			

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Ao Acionistas e Administradores da **Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**, Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumpriamos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Redução ao seu valor recuperável do ativo intangível:** O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias decorrentes do contrato de concessão e representa 77% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Companhia, foi significativa para a nossa auditoria, uma vez que o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros, a avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas e pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Adicionalmente, comparamos os crescimento projetados com dados histórico e fontes externas comparáveis. Também avaliamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada nas projeções com o auxílio de nossos especialistas em avaliação. Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia incluídas na nota explicativa nº6, incluindo as premissas para as quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos intangíveis, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do intangível adotados pela Administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto."

**Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com o auditor das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. Auditoria dos valores correspondentes: O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo nessa data, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, em 29 de março de 2018. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Admi-

nistração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na nota 4. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas por meio do monitoramento contínuo dos

fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As debêntures, conforme mencionado na nota 7, são um empréstimo-ponte e foram emitidas tendo em vista a liquidação da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures. A Companhia realizou ainda, a 4ª emissão de debêntures, com vencimento em julho de 2022, tendo em vista o aumento do empréstimo-ponte para fazer frente aos investimentos, bem como o pagamento das debêntures da 3ª emissão. d) Risco de liquidez: A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do período:

Modalidade	Valor contábil estimado (i) 90 dias Até Mais de 90 dias Circulante a 3 anos a 5 anos Circulante				
	90 dias	Até Mais de 90 dias	3 anos	5 anos	Circulante
Ativos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes e poder concedente	8.128	8.128	-	-	-
Total	8.128	8.128	-	-	-
Passivos:					
Debêntures – principal (ii)	460.000	-	-	208.000	252.000
Debêntures – juros	44.094	204.797	27.004	27.004	37.191
Fornecedores e partes relacionadas	36.463	-	13.054	23.409	36.463
Outras contas a pagar	490	-	490	490	-
Total	352.919	204.797	13.054	50.903	63.957

(i) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2018 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures.

**19. Informação por segmento** – A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**20. Seguros contratados** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Limites de indenização em milhares de reais		Vencimento do contrato
	Riscos cobertos		
Seguro riscos – responsabilidade civil Seguro garantia	Danos materiais e corporais a terceiros	49.514	Setembro/2019
	Danos morais	9.903	Setembro/2019
	Perda de receita (cobertura acessória)	29.310	Setembro/2019
Seguro riscos operacionais – todos os riscos Seguro riscos operacionais – todos os riscos	Danos materiais à rodovia	17.699	Setembro/2019
	Garantia de conservação da concessão	37.314	Setembro/2019
Seguro garantia Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	99.309	Setembro/2019
	O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.		

**21. Aprovação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 14/03/2019.

**José Renato Ricciardi** – Diretor Presidente  
**Alexandre Lauriano de Menezes** – Contador CRC ES-015214/O-3

**Alexandre Tujisoki** – Diretor Financeiro e de RI

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
Aviso de Licitação –PREGÃO nº 0021/2019– Processo nº 0085/2019. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GAS DE COZINHA e horário da sessão:11/04/2019, às 16:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
Aviso de Licitação – PREGÃO nº 0023/2019 Processo nº 0087/2019- O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização registro de preço para futuras aquisições de material grafico para atender as unidades administrativas Data e horário da sessão: 15/04/2019, às 13:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
Aviso de Licitação –PREGÃO nº 0025/2019– Processo nº 0089/2019. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização de Registro DE preço para futuras aquisições de mobiliário para atender as unidades administrativas. Data e horário da sessão: 16/04/2019, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
Aviso de Licitação –PREGÃO nº 0022/2019– Processo nº 0086/2019. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização registro de preço para locação de máquinas e veículos pesados, visando atender ao Programa Municipal de Atendimento ao Produtor Rural do Município de Espera Feliz Data e horário da sessão:12/04/2019, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG**  
**EXTRATO DE EDITAL - PRORROGAÇÃO DE ABERTURA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 - EXCLUSIVA ME, EPP OU EQUIPARADAS**  
O Município de Cataguases, por meio de seu Prefeito Municipal o Sr. William Lobo de Almeida comunica a todos os interessados, que fica prorrogada para o dia **11 de abril de 2019 às 09:00 horas** no Salão Nobre Humberto Hardman Henriques, situado na Praça Santa Rita, 462, Centro, Cataguases/MG, a abertura do **Processo Licitatório nº 014/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 012/2019, Registro de Preços nº 011/2019, Exclusiva para ME, EPP ou Equiparadas**, Tipo Menor Preço, para eventual e futura aquisição de materiais esportivos para atender os eventos esportivos do calendário anual da Secretaria Municipal de Esportes, das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Desenvolvimento Social e as aulas de educação física das escolas municipais da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Cataguases. Valor estimado: R\$ 136.465,41. Os interessados poderão adquirir o edital através do site: [www.cataguases.mg.gov.br/licitacoes](http://www.cataguases.mg.gov.br/licitacoes) e qualquer dúvida entrar em contato pelo tel: (32) 3422-1066, ramal 219, 241, 223 e 247 ou através do e-mail: [licitacao@cataguases.mg.gov.br](mailto:licitacao@cataguases.mg.gov.br). Cataguases, 20 de março de 2019.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE**  
O Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Contagem, MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento de BANCO INTER S/A, com sede na Avenida do Contorno, nº 7777, Bairro Lourdes, Belo Horizonte, MG, CNPJ/MF nº 00.416.968/0001-01, credor no contrato de financiamento imobiliário nº 2013032077, garantido por alienação fiduciária, referente ao imóvel constituído pelo apartamento 403, bloco 04, situado na Alameda dos Juiciais, nº 220, lugar denominado Fazenda do Mandú, Contagem, MG, matriculado sob o nº 132.645, ficam intimadas as devedoras **IRENE MARQUES DA COSTA**, brasileira, divorciada, auxiliar de enfermagem, CPF 290.599.506-82, e **NEIDA MARIA DA COSTA**, brasileira, viúva, do lar, CPF 022.682.748-88, endereço eletrônico paulo.amaral99@yahoo.com.br, estando em lugar incerto e não sabido, a cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos. O valor deste(s) encargo(s), posicionado(s) em 25 de março de 2019, corresponde a R\$ 7.656,33 (sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), sujeito a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se, também, os encargos que se vencerem nesse período. Assim, ficam v.s.as **INTIMADAS** a comparecerem, preferencialmente, na agência detentora do financiamento, onde deverão efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da última publicação deste edital. O pagamento também poderá ser efetuado no Cartório do Registro de Imóveis de Contagem, utilizando-se, para tanto, cheque administrativo ou visado, com cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário. O Cartório está situado na Rua Joaquim Camargos, nº 110, Centro, Contagem, MG. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei 9.514/97. Prenotação nº 475512. Contagem, 25 de março de 2019. O Oficial, João Marques de Vasconcelos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG**  
Processo 000032/2019 - Credenciamento 00002/2019. O município de Janaúba convoca as empresas Clara Luz Locações e Transportes, inscrita no CPJ 28.368.969/0001-39, WC Transportes e Aluguel de Máquinas Ltda, inscrita no CNPJ 26.833.048/0001-74, Wilson Marcos Soares – ME, inscrita no CNPJ 05.118.270/0001-15, para o cumprimento do item 12 e assinatura do contrato, do Edital 00002/2019 Processo 000032/2019, que tem por objeto a Permissão à título precário para serviços de transporte público municipal, no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar da data da última publicação deste. Maiores informações na Prq. Dr. Rockert, 92, Centro, Janaúba, mapa de licitações, no telefone (38) 3821-4009, ou no e-mail [licitacao@janauaba@hotmail.com](mailto:licitacao@janauaba@hotmail.com).  
Marco Antonio de Carvalho Lopes.



## COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAMARCO MINERAÇÃO S.A. LTDA. CREDISAM CNPJ: 20.622.809/0001.62

1/2

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,  
Submetemos à apreciação de V.S.as. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Samarco Mineração S.A. Ltda. - CREDISAM, na forma da Legislação em vigor.

1. **Política Operacional**  
Em 2018 a CREDISAM completou 34 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. **Avaliação de Resultados**  
No exercício de 2018, a CREDISAM obteve um resultado líquido de R\$ 169.128,84 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 2,36%.

3. **Ativos**  
Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 6.138.500,08. Por sua vez a carteira de créditos representava o valor de R\$ 1.143.811,77. Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/18 o percentual de 24,00% da carteira, no montante de R\$ 275.432,17.

4. **Patrimônio de Referência**  
O Patrimônio de Referência da CREDISAM era de R\$ 7.168.722,76. O quadro de

associados era composto por 1.145 Cooperados.

5. **Política de Crédito**  
A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a singularidade de todas as consultas cadastrais e em análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A CREDISAM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

6. **Governança Corporativa**  
Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alocada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, que, por sua vez, faz as

auditorias internas.  
Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatório, levado ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. **Conselho Fiscal**  
Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço

patrimonial anual.

8. **Código de Ética**  
Todos os integrantes da equipe da CREDISAM aderiram, em 2014, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. **Sistema de Ouvidoria**  
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da CREDISAM não registrou manifestações negativas de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

**Agradecimentos**  
Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte, 07 de março de 2019.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO	Nota	EM REAIS		PASSIVO	Nota	EM REAIS	
		31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		7.341.544,60	8.704.263,85	<b>Circulante</b>		886.546,42	2.316.129,99
<b>Disponibilidades</b>	4	49.938,52	412.255,34	<b>Outras Obrigações</b>	8	886.546,42	2.316.129,99
<b>Relações Interfinanceiras</b>	4	6.138.500,08	7.305.941,20	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemealhados		4.186,50	1.530,38
Centralização Financeira - Cooperativas		6.138.500,08	7.305.941,20	Sociais e Estatutárias	8.1	680.481,13	2.116.505,97
<b>Operações de Crédito</b>	5	1.121.265,41	946.346,20	Fiscais e Previdenciárias	8.2	2.103,56	330,37
Operações de Crédito (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		1.126.984,46	951.139,91	Diversas	8.3	199.775,23	197.763,27
Outros Créditos		(5.719,05)	(4.793,71)	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		113.121,98	107.062,15
Outros Créditos	6	31.840,59	39.721,11	Outras Obrigações	8.4	113.121,98	107.062,15
Rendas a Receber		30.565,77	-	Diversas		113.121,98	107.062,15
Diversos		1.274,82	39.721,11	<b>Patrimônio Líquido</b>	9	7.168.722,95	7.016.233,50
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		129.949,29	114.664,95	Capital Social		6.489.682,45	6.290.960,63
Operações de Crédito	5	16.827,31	7.602,80	De Domiciliados no País		6.489.682,45	6.290.960,63
Operações de Crédito		16.827,31	7.602,80	Reserva de Lucros		509.911,66	477.632,11
Outros Créditos	6	113.121,98	107.062,15	<b>Sobras Acumuladas</b>		169.128,84	247.640,76
Diversos		113.121,98	107.062,15				
<b>Permanente</b>		696.897,46	620.496,84				
<b>Investimentos</b>	7	696.897,46	620.496,84	<b>TOTAL</b>		8.168.391,35	9.439.425,64
Participações em Coligadas e Controladas - No País		696.897,46	620.496,84				
<b>Imobilizado em Uso</b>							
Outras Imobilizações de Uso		4.404,86	4.404,86				
(Depreciações Acumuladas)		(4.404,86)	(4.404,86)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.168.391,35</b>	<b>9.439.425,64</b>				

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Eventos	EM REAIS			
	Capital		Sobras ou Perdas Acumuladas	
	Capital Subscrito	Reservas de Sobras Legal	Totais	Totais
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	7.384.199,05	448.498,18	581.487,12	8.414.184,35
Ajuste de Exercício Anterior	-	(0,28)	(193.789,66)	(193.789,96)
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Ao Capital	397.898,76		(397.898,76)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados			(183.588,64)	(183.588,64)
<b>Movimentações de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	902.269,52			902.269,52
Por Devolução (-)	(2.393.406,70)			(2.393.406,70)
Sobra / Perda Líquida			485.132,03	485.132,03
<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>				
. Fundo de Reserva		29.134,21	(29.134,21)	-
. F.A.T.E.S.			(14.567,10)	(14.567,10)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	6.290.960,63	477.632,11	247.640,76	7.016.233,50
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	6.290.960,63	477.632,11	247.640,76	7.016.233,50
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Ao Capital	235.258,72		(235.258,72)	-
Ao Fundo de Reserva		12.382,04	(12.382,04)	-
<b>Movimentações de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	652.830,40			652.830,40
Por Devolução (-)	(689.367,30)			(689.367,30)
Sobra / Perda Líquida			198.975,11	198.975,11
<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>				
. Fundo de Reserva		19.897,51	(19.897,51)	-
. F.A.T.E.S.			(9.948,76)	(9.948,76)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	6.489.682,45	509.911,66	169.128,84	7.168.722,95
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	6.573.800,36	490.014,15	112.447,72	7.176.262,23
<b>Movimentações de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	323.351,60			323.351,60
Por Devolução (-)	(407.469,51)			(407.469,51)
Sobra / Perda Líquida			86.527,39	86.527,39
<b>Destinação da Sobra do Exercício:</b>				
. Fundo de Reserva		19.897,51	(19.897,51)	-
. F.A.T.E.S.			(9.948,76)	(9.948,76)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	6.489.682,45	509.911,66	169.128,84	7.168.722,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

##### 1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Samarco Mineração S.A. Ltda. - CREDISAM é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 23/08/1984, filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMG e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CREDISAM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentro dos limites: concessão de créditos, formalização de convênios com outras instituições financeiras.

##### 1.1. Redução do quadro de cooperados da Credisam

Com as atividades paradas desde 2015, a Samarco em conjunto com os sindicatos representantes dos trabalhadores celebraram um acordo para o Programa de Demissão Voluntária e involuntária (PDV/IPDI). Com resultado da redução de quadro previstas em tais programas, a cooperativa encerrou o exercício de 2017 com o total de 627 (seiscentos e vinte e sete) cooperados desligados por perda de vínculo.

##### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07/03/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, às provisões necessárias para causas judiciais.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

##### 3. Resumo das principais práticas contábeis

###### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

###### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para causas judiciais, dentre outros.

###### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

###### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

###### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

###### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

###### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

###### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfiteiros em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

###### i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**j) Demais ativos e passivos**  
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

###### k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso

#### DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Descrição	Nota	2º SEMESTRE		
		2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira</b>		31.153,30	59.113,63	135.532,02
Operações de Crédito	5.G	31.153,30	59.112,58	135.532,02
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vrs. Mobiliários		-	1,05	-
<b>Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira</b>		(834,45)	(925,34)	12.446,41
Reversão (Provisão) para Operações de Créditos		(834,45)	(925,34)	12.446,41
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		30.318,85	58.188,29	147.978,43
<b>Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais</b>		56.208,54	140.786,82	365.353,96
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(20.078,65)	(38.032,46)	(1.213,91)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(123.861,57)	(298.108,29)	(422.860,21)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(127,96)	(378,66)	(8.577,99)
Ingressos de Depósitos Intercorreativos		193.141,93	393.774,59	590.642,90
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais		10	13.212,95	90.005,15
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	11	(6.078,16)	(6.473,51)	-
<b>Resultado Operacional</b>		86.527,39	198.975,11	513.332,39
<b>Resultado Não Operacional</b>		-	-	-
<b>Resultado Antes da Tributação</b>		86.527,39	198.975,11	513.332,39
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		-	-	(12.085,87)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		-	-	(16.114,49)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações legais e Estatutárias</b>	9.D	86.527,39	198.975,11	485.132,03
F.A.T.E.S.		-	(9.948,76)	(14.567,10)
Reserva Legal		-	(19.897,51)	(29.134,21)





#### SINDIFISCO-MG Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais

#### Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais (Sindifisco-MG) convoca todos os Auditores Fiscais da Receita Estadual (AFREs), Fiscais de Tributos Estaduais (FTEs) e Agentes Fiscais de Tributos Estaduais (AFTEs), filiados ao sindicato, nos termos do artigo 7º, inciso I, alínea "a", de seu estatuto, para Assembleia Geral Ordinária (AGE).

Data: 4 de abril de 2019  
Horário: 9h (primeira convocação) e 9h30 (segunda convocação)  
Local: Edifício da sede do Sindifisco-MG (Av. Afonso Pena, 3130, térreo – Belo Horizonte/MG)  
Pauta: 1 - Apreciação e deliberação da prestação de contas do Sindifisco-MG no exercício 2018.  
2 - Deliberação da previsão orçamentária do exercício de 2019.  
Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG – EXTRATO DE ADITIVO - Processo Adm. de Licitação Nº 070/2017 – Concorrência Pública Nº 005/2017.** Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Aditivo de Contrato Adm. de Execução de Obras de Construção de empresa de engenharia para construção de Creche Padrão FNDE Proinfância Tipo 1, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAC2 5133/2013 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, em Jaíba/MG, com dezesseis cláusulas, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e a seguinte empresa: **SEGALA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ 03.266.547/0001-21, de Jaíba/MG, no valor de **R\$401.457,17 (QUATROCENTOS E UM MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)**; Com Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de Creche Padrão FNDE Proinfância Tipo 1, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAC2 5133/2013 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, em Jaíba/MG – Vigência: 01/02/2010; Data do Aditivo: 27/03/2019; Assinatura: pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG – EXTRATO DE ADITIVO - Processo Adm. de Licitação Nº 072/2017 – Concorrência Pública Nº 007/2017.** Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Aditivo de Contrato Adm. de Execução de Obras de Construção de empresa de engenharia para construção de Escola Padrão FNDE (06 salas), em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAR 29721/2016 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, em Jaíba/MG, com dezesseis cláusulas, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e a seguinte empresa: **SEGALA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ 03.266.547/0001-21, de Jaíba/MG, no valor de **R\$225.424,01 (DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E UM CENTAVOS)**; Com Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de Escola Padrão FNDE (06 salas), em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAR 29721/2016 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, em Jaíba/MG – Vigência: 01/12/2019; Data do Aditivo: 27/03/2019; Assinatura: pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

**BHTRANS – RETIFICAÇÃO DE EDITAL – PP n.º 06/2019 – A Pregoeira da BHTRANS torna público que retificou o Edital publicado em 22/03/2019 e que está reabrindo a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, que consequentemente representará o MENOR PREÇO GLOBAL (PARA 30 MESES), objetivando a contratação de empresa prestadora de serviço de gerenciamento de cartão de combustível e manutenção para a frota de veículos e Grupos Motores Geradores – GMG's a serviço da BHTRANS, por meio de cartões eletrônicos/magnéticos, com senha e chip de segurança, utilizáveis em postos de combustíveis e estabelecimentos credenciados, nas condições e termos definidos no Edital e seus Anexos, de acordo com o seguinte: Credenciamento e Entrega dos Envelopes: dia 12/04/2019, até às 9h45. Abertura da Sessão Oficial (disputa de lances): dia 12/04/2019, às 10 horas. Horário de Referência: Brasília – DF. Local: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte/MG, Sala de Licitações da BHTRANS. O NOVO Edital encontra-se disponível na Internet, no site da Prefeitura de Belo Horizonte ([www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br)). Para acessar basta clicar em "Acesso Rápido" e, em seguida, "Licitações e Editais". As empresas do ramo, interessadas, poderão retirar cópia reprográfica do Edital na CPL – BHTRANS, no horário entre 10h e 15h30, no endereço situado à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte/MG, mediante comprovação de pagamento de Guia a ser emitida pela BHTRANS no valor de R\$ 13,78 (treze reais e setenta e oito centavos). As publicações posteriores serão feitas unicamente no DOM – Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 29 de março de 2019. Isabela Torres M. Ferreira – Pregoeira.**

**HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG**  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 001/2019 – Pregão Presencial nº 003/2019 - Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP). Parte: Lu & Di Gás Ltda - ME; VALOR: R\$ 36.080,00- Vigência: 20/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 002/2019 – Pregão Presencial nº 004/2019 - Objeto: Aquisição de equipamentos reguladores de pressão, válvulas, mangueira para tubulação e gases medicinais. Parte: White Martins Gases Industriais Ltda; VALOR: R\$ 450.405,00- Vigência: 20/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 003/2019 – Pregão Presencial nº 005/2019 - Objeto: Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática. Parte: Arriel Cardoso & Silva Informática Ltda; VALOR: R\$ 2.974,60- Vigência: 21/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 004/2019 – Pregão Presencial nº 005/2019 - Objeto: Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática. Parte: Infolab Distribuidora Ltda - EPP; VALOR: R\$ 120.618,90- Vigência: 21/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 005/2019 – Pregão Presencial nº 005/2019 - Objeto: Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática. Parte: Informática.com Ltda; VALOR: R\$ 67.500,00- Vigência: 21/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 006/2019 – Pregão Presencial nº 006/2019 - Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higiene e lavanderia hospitalar. Parte: Brasquímica - Produtos Químicos Ltda – EPP; VALOR: R\$ 87.720,00- Vigência: 24/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 007/2019 – Pregão Presencial nº 006/2019 - Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higiene e lavanderia hospitalar. Parte: Natalia Distribuidora Ltda; VALOR: R\$ 213.667,00- Vigência: 24/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 008/2019 – Pregão Presencial nº 007/2019 - Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene. Parte: Limp Norte Comercio de Produtos de Limpeza Ltda - ME; VALOR: R\$ 46.246,00- Vigência: 24/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 009/2019 – Pregão Presencial nº 007/2019 - Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene. Parte: Natalia Distribuidora Ltda; VALOR: R\$ 49.986,00- Vigência: 24/03/2020.  
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 010/2019 – Pregão Presencial nº 007/2019 - Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene. Parte: Supermercado Vieira Ltda - EPP; VALOR: R\$ 33.367,00- Vigência: 24/03/2020.

O Hospital Municipal Dr. Gil Alves, através de sua Pregoeira torna público que fará realizar no dia 11/04/2019, às 09:00 (nove horas) licitação na modalidade Processo Licitatório nº 013/2019, Pregão Presencial nº 012/2019, exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e empresário individual, objetivando o registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios: não perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes bovinas, suínas, aves e embutidos para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gil Alves do Município de Bocaiúva/MG, conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3251-6557 - e-mail: licitacoes1.hga@gmail.com/Pregoeira: Camila Emanuele Leal Martins

**MAQUINÉ EMPREENDIMENTOS S.A.**  
CNPJ 17.321.647/0003-80  
**Assembleia Geral Ordinária - Convocação - São convocados os senhores acionistas a se reunir, em AGO, a realizar-se no dia 30/04/19, na sede social, na Av. Cristiano Machado, 4001, Bairro Ipiranga, BH – MG, CEP. 31.160-413, Minas Gerais, às 14:30 horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto ou às 15hrs, em segunda convocação, instalando-se com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, Relatório dos Auditores Independentes, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/18, publicadas eletronicamente sob o número 320190326212055021 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 27/03/19, Caderno 2 - Publicações de Terceiros e Editais de Comarcas, página 1 e no Jornal Hoje em Dia em 26/03/19, Caderno Primeiro Plano, página 9; b) Deliberação da destinação dos resultados do exercício findo e distribuição de dividendos; c) Fixação das respectivas remunerações dos membros da Diretoria; d) Demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133, 135 e 152 da Lei 6.404/1976, com as alterações da Lei 10.303/2001, Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/18. BH, 28/03/19. Alexandre Campos Drumond - Diretor Administrativo e Financeiro.**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº39/2019 – PREGÃO  
PRESENCIAL NO REGISTRO  
DE PREÇOS Nº13/2019**

O Município de Piunhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.781.346/0001-04, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2019, tipo menor preço por item, visando a aquisição de medicamentos para atender às ordens judiciais do Município de Piunhi. A data de entrega e abertura dos envelopes será às 09:00 horas do dia 11/04/2019, obedecendo integralmente as condições estabelecidas neste Edital e respectivos anexos, bem como pelas disposições das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações. Maiores informações e cópias do referido edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura, das 8:00 às 16:00 horas, pelos telefones (37)3371-9220/9222 ou pelo site <http://prefeitura.piunhi.mg.gov.br/> editais/. Adeberto José de Melo – Prefeito Municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA/MG. RETIFICAÇÃO  
PROCESSO Nº 24/2019 - Pregão Presencial Nº 09/2019 - RP 04/2019, que fica retificado o Item 7.1 letra R, exclui-se a exigência de “Atestado de Boas Práticas”, conforme Portaria nº 2.894, de 12 de setembro de 2018, para aquisição de medicamentos, fica remarcada nova data de abertura para dia 15/04/2019 às 08:30 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal, situada na Praça São Sebastião, 440, Centro. Edital e informações, endereço acima ou fone: (38) 3725-1110, e-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br no horário de 08h00min às 16h00min.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**  
Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 022/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 012/2019, Registro de preço para aquisição de Hortifrut para atender às diversas Secretarias do Município, a realizar no dia 11.04.2019 às 08h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosjp@gmail.com – Izanilde Rodrigues Sampaio –Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**  
Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 023/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 013/2019, Registro de preços de artigos para cama, mesa e banho e material hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a realizar no dia 12.04.2019 às 08h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosjp@gmail.com – Izanilde Rodrigues Sampaio –Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**  
Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 024/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 014/2019, Prestação de serviços de reforma de mesa escolar para atender a Secretaria Municipal de educação, a realizar no dia 15.04.2019 às 08h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosjp@gmail.com – Izanilde Rodrigues Sampaio –Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**  
Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 025/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2019, Registro de preço dos Serviços de Roçada de Estradas para atender a Secretaria Municipal de Transportes e Estradas, a realizar no dia 16.04.2019 às 08h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosjp@gmail.com – Izanilde Rodrigues Sampaio –Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**  
Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 026/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº: 004/2019, Contratação de empresa para construção da 1ª etapa do cemitério no Município de São João do Paraíso/MG, conforme Planilha e Projetos, a realizar no dia 17.04.2019 às 08h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosjp@gmail.com – Silvio Rodrigues Gomes – Presidente da C.P.L.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG**  
Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 027/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 016/2019, Contratação de empresa para fornecimento de relógio para registro de ponto eletrônico, software para tratamento de ponto eletrônico, no-break para relógio de ponto eletrônico e papel para termo impressão, para atender a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de São João do Paraíso/MG, a realizar no dia 23.04.2019 às 08h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosjp@gmail.com – Izanilde Rodrigues Sampaio –Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI/MG**  
Prc. Licitatório nº 011/2019 - Pregão Presencial 005/2019, torna público a todos que se interessarem que fará realizar no dia 15/04/2019, às 10:00 hs à Pç. Cristo Redentor, 199 - Centro - nesta cidade. Objeto: **Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviço de transporte escolar.** Maiores informações poderão ser obtidas no tel: (38) 3744-1409 ou e-mail: [jequitailicitacao@yahoo.com.br](mailto:jequitailicitacao@yahoo.com.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar **Pregão Presencial nº 003/2019, sob o sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de PÄES, a ser realizada de forma parcelada, destinadas a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Administração Pública.** Credenciamento: 15/04/2019: de 08:00 hs às 08:30 hs. Início da Sessão: Após encerramento do credenciamento. Evaniilo Aparecido Carneiro - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3631-1420 ou via e-mail: [licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br](mailto:licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br). Consulta ao Edital: [www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br](http://www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br).

**EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTRANS**

**AVISO DE CANCELAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/18  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/18**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REFORMA E EXPANSÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG**  
A Comissão Permanente de Licitações da MCTRANS, no uso de suas atribuições legais, em virtude de alterações em seu Projeto Básico, bem como no objeto da contratação, em atendimento ao pedido do setor solicitante, torna público o **CANCELAMENTO do Processo Licitatório 108/2018, Concorrência Pública 001/2018.** Desta forma, o objeto será contratado mediante a abertura de novo processo licitatório.

Montes Claros - MG, 26 de março de 2019.  
Vitor Flávio Jardim Murta  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG – EXTRATO DE ADITIVO - Processo Adm. de Licitação Nº 071/2017 – Concorrência Pública Nº 006/2017.** Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Aditivo de Contrato Adm. de Execução de Obras de Construção de empresa de engenharia para construção de Escola Padrão FNDE (12 salas), em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAR 29722/2016 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, em Jaíba/MG, com dezesseis cláusulas, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e a seguinte empresa: **SEGALA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ 03.266.547/0001-21, de Jaíba/MG, no valor de **R\$606.412,01 (SEISCENTOS E SEIS MIL QUATROCENTOS E DOZE REAIS E UM CENTAVOS)**; Com Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de Escola Padrão FNDE (12 salas), em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAR 29722/2016 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, em Jaíba/MG – Vigência: 27/10/2019; Data do Aditivo: 27/03/2019; Assinatura: pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

**ANULAÇÃO  
CONCURSO Nº 001/2019 – CENA PLURAL  
PROCESSO Nº: 01.021.066/19-06**  
OBJETO: Seleção de espetáculos de música, teatro, dança, contação de histórias e circo destinadas ao público infantil e adulto para programações artístico-culturais durante o segundo semestre de 2019. A Presidente da Fundação Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando vício no certame, considerando o princípio da autotutela dos atos da administração pública, considerando o entendimento jurisprudencial que a administração deve rever seus próprios atos quando evitados de vícios insanáveis, resolve **ANULAR** a licitação instaurada sob a modalidade concurso 001/2019, por descumprimento do parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste ato, nos termos do artigo 109, I, "c" da Lei nº 8.666/93, para interposição de Recurso Administrativo. Em tempo, comunica que será publicada oportunamente nova licitação do Concurso Cena Plural 2019, com adiamento das inscrições. Belo Horizonte, 29 de março de 2019.  
Fabiola Moulin Mendonça  
Presidente da Fundação Municipal de Cultura

27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. Cássio Azevedo Fontenelle, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação Ordinária nº.024.13.101.138-9, requeridos pelo Autor: **VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 08.250.241/0001-09 contra LP TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ 14.027.694/0001-65 e BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A, CNPJ 17.184.037/0084-47. Em síntese, a autora afirma ter sido surpreendida com o recebimento em suas dependências de correspondências oriundas do 3º e 4º Tabelionato de Protestos de Títulos de Belo Horizonte, informando acerca de dois títulos contra si emitidos, os quais foram apontados para protesto, tendo como sacadora a 1ª ré e como credor o 2º réu. Todavia, afirma a autora também não ter realizado qualquer negócio mercantil com a 1ª ré que ensejasse o saque das duplicatas relacionadas nos autos. Pretende o autor, com esta ação, dentre outros pedidos, a sustação dos protestos dos títulos nos referidos tabelionatos. Assim, tem o presente edital a finalidade de citar a ré, LP TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ 14.027.694/0001-65, através de seu representante legal, que encontra-se em local incerto e não sabido, para todos os termos e atos da presente ação e, querendo, apresentar sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Adverte-se outrossim que, caso não seja a ação contestada no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pelo Autor em sua petição inicial. Advirta-se de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 3 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 20 de abril de 2018. O Dr. Cássio Azevedo Fontenelle. Luciano Fábio Marques de Brito, Escrivão Judicial.

#### HEMATOLÓGICA - CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A. CNPJ: 00.410.960/0001-20

**Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	1.759	1.106
Contas a receber	10.407	5.684
Estoque	1.031	452
Créditos com partes relacionadas	-	-
Impostos a recuperar	1.744	1.509
Outros ativos circulantes	170	118
Dividendos a receber	-	-
Aquisições a receber	-	-
<b>15.111</b>	<b>8.869</b>	
<b>Não circulante</b>		
Outros ativos não circulantes	135	-
Depósito judicial	-	-
Contas a receber de clientes	-	-
Impostos diferidos	-	138
Ado para futuro aumento de capital	-	-
Partes relacionadas	-	-
Aquisições a receber	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	3.000	923
Intangível	48	61
<b>3.183</b>	<b>1.122</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>18.294</b>	<b>9.991</b>

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	6.929	4.176
Obrigações sociais	532	372
Obrigações tributárias	2.959	2.703
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	-	-
Debêntures com partes relacionadas	-	-
Dividendos a pagar	1.076	404
Outros passivos circulantes	1	4
Contas a pagar de aquisições	-	-
<b>11.497</b>	<b>7.659</b>	
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	-	-
Obrigações tributárias	-	-
Debêntures com partes relacionadas	1.567	331
Contas a pagar de aquisições	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
<b>1.567</b>	<b>331</b>	
<b>Total Passivo</b>	<b>13.064</b>	<b>7.989</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	78	78
Ado para futuro aumento de capital	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Reserva especial	-	-
Reserva de lucros	5.136	1.907
Reserva de capital	-	-
Reserva legal	16	17
<b>5.230</b>	<b>2.002</b>	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.230</b>	<b>2.002</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>18.294</b>	<b>9.991</b>

#### **Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 (Em milhares de reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	48.411	28.499
Custo dos serviços prestados	(33.773)	(20.126)
<b>Lucro bruto</b>	<b>14.638</b>	<b>8.373</b>
Despesas gerais e administrativas	(8.581)	(6.849)
Equivalência Patrimonial	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	110	94
<b>Lucro operacional</b>	<b>6.167</b>	<b>1.618</b>
Receitas financeiras	57	67
Despesas financeiras	(229)	81
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(172)</b>	<b>148</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.995</b>	<b>1.766</b>
(-) IRPJ e CSLL corrente	(1.691)	(941)
(-) IRPJ e CSLL diferido	-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>4.304</b>	<b>825</b>

**Diretor:** Luis Roberto Natel de Almeida  
**Contador:** Braulio Rios Sá (CRC/MG 117577/O-2).

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
A **Gran Royale Lagoa Santa Empreendimento Imobiliário S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.625.051/0001-83, sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, Rua Paraíba, nº 330, 18º andar, CEP 30.130-917, na figura do seu Diretor, nos termos do seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2019, terça-feira, às 10h00 horas, em primeira convocação, e às 10h30 horas, em segunda convocação, na sede da Companhia, para tratar da seguinte ordem do dia: i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício 2018; ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício 2018 e a distribuição de dividendos. Informa que o relatório da administração e as demonstrações financeiras se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia. César Luiz Leão de Azevedo - Diretor

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ**  
AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019  
A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar no dia 17/05/19 às 09:00 horas, Concorrência pública nº 002/19, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade e demais ações de comunicação social e marketing, compreendendo estudo, concepção, execução de ações promocionais, elaboração de marcas, pesquisas, expressões de propaganda, digitalização de documentos e outros elementos de comunicação em geral, observando-se o caráter educativo, informativo e de orientação social, através do maior percentual de desconto, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital na íntegra se encontra disponibilizado no site: [www.sabara.mg.gov.br](http://www.sabara.mg.gov.br) e no Protocolo, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R\$ 24,67. Sabará, 29 de março de 2019. Hélio César Rodrigues Resende Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ**  
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019  
A Secretaria Municipal de Governo torna público que fará realizar a partir no dia 12/04/19, Chamamento público nº 007/19, cujo objeto é a seleção de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, por meio de sorteio em sessão pública, visando à formação da Subcomissão Técnica que realizará a análise e o julgamento das propostas técnicas das licitantes que participarão da Concorrência, do tipo Técnica e preço, a ser realizada pela Prefeitura de Sabará, cujo objeto é a contratação de agência de propaganda, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital na íntegra se encontra disponibilizado no site: [www.sabara.mg.gov.br](http://www.sabara.mg.gov.br) e no Protocolo, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R\$ 11,92. Sabará, 29 de março de 2019. Wander José Godard Borges Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Resultado de Habilitação - Concorrência Pública nº 01/2019.** Contratação de empresa do ramo da engenharia civil para Conclusão da Obra de Construção da Creche Pró-Infância Tipo 2, Projeto Padrão FNDE, no Distrito de São Sebastião do Sacramento, neste Município. Foram **Habilitadas** as empresas: LS CYSNE CONSTRUTORA, PROGRESSO ENGENHARIA LTDA - EPP, JARI SEGURANÇA E LOGÍSTICA EMPRESARIAL EIRELI - ME e AGCO CONSTRUÇÕES EIRELI. E foram **Inabilitadas** as empresas: ESMERO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME e CONSTRUTORA GOVAL LTDA - ME. Fica aberto o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contados a partir desta publicação para interposição de recurso conforme previsto em Lei, e caso não ocorra, fica marcada a sessão de abertura dos Envelopes de Propostas de Preços, para o dia 10 de abril de 2019 às 08h30min, na sala de reuniões do Paço Municipal. Mais informações na sede da Prefeitura, ou através do e-mail: [licitamanhuacu@yahoo.com.br](mailto:licitamanhuacu@yahoo.com.br) e no site oficial do Município: [www.manhuacu.mg.gov.br](http://www.manhuacu.mg.gov.br). Comissão Permanente de Licitação. Manhuaçu/MG, 29 de março de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS 001/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019.  
OBJETO: Contratação de Empresa, para a prestação de serviços técnicos especializados de Auditoria Técnica Administrativa, elaboração de laudos técnicos e justificativas técnicas para retirada de restrições de convênios do MEC/FNDE, visando a liberação do sistema "PAR/NOVO CICLO, com treinamento no SIMEC. Data de abertura: 17/04/2019 às 09:00 horas. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura ou pelo telefone: (38) 3631-1420 no horário de 07:00 as 13:00 horas ou através do site [www.prefeiturasaofrancisco.mg.gov.br](http://www.prefeiturasaofrancisco.mg.gov.br). São Francisco/MG, 29 de Março de 2019. Evanildo Aparecido Carneiro Prefeito Municipal.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERENTES - CIGEDAS**  
Situada à Avenida Leite de Castro, nº 1.364 (Fundos), Bairro Fábricas, São João Del-Rei/MG, CNPJ: 18.773.785/0001-09, torna público o Pregão nº 003/2019. Objeto: Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de materiais de escritório, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. Abertura: 09/04/2019, 10h. Comunica ainda que os Instrumentos Convocatórios se encontram à disposição dos interessados no site: [www.cigedas.mg.gov.br](http://www.cigedas.mg.gov.br). Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (32) 3373-2355 de 08:30h às 16:30h. São João Del-Rei, 29 de março de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG**  
Retificação - Onde Se Lê: Primeiro Extrato Aditivo de Vigência do Prazo do Contrato Nº: 171116. Vigência: 20/09/2018 a 31/12/2018. LEIA-SE: Primeiro Extrato Aditivo de Vigência do Prazo do Contrato Nº: 171111 e 171116. Vigência: 22/03/2018 a 22/03/2019. 20/09/2018 a 31/12/2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG**  
Extrato de Contrato de Credenciamento - Processo de Licitação Nº.: 00032/2019. Modalidade: Inexigibilidade 002/2019. Credenciante: Município de Janaúba/MG. Credenciada(s): Clara Luz Locação e Transporte; WC Transporte e Aluguel de Máquinas Ltda; Wilson Marcos Soares; Objeto da Licitação: Permissão a Título Precário do Serviço de Transporte Público Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
MGI-MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A  
CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 - NIRE 31300039927  
Ficam os senhores acionistas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar, na sede da Companhia na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Prédio Gerai, 4º andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901, às 10:00 horas do dia 16 de abril de 2019, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:  
(i) Reforma e Consolidação do Estatuto Social da Companhia;  
(ii) Extinção da subsidiária integral EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.;  
(iii) Destituição e eleição de Conselheiros;  
Belo Horizonte, 28 de março de 2019.  
Blenda Rosa Pereira Couto - Presidente do Conselho de Administração

**PREFEITURA BELO HORIZONTE** 

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 194/2018  
PROCESSO Nº 04.000.546.18.97 IDENTIFICADOR BANCO DO BRASIL Nº 752439  
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (Doze) meses.  
• Início da recepção de propostas dia 01/04/2019 às 08:00 horas;  
• Abertura das propostas dia 12/04/2019 às 09:00 horas;  
• Abertura da sessão de lances dia 12/04/2019 a partir de 10:00 horas.  
Para participar da sessão de abertura do Pregão Eletrônico, os interessados deverão cadastrar-se junto às agências do BANCO DO BRASIL S/A. Informações no endereço: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Para cadastro no SUCAF (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - Belo Horizonte/MG), acessar: [www.pbh.gov.br/sucaf](http://www.pbh.gov.br/sucaf) ou ligar (31) 3277-4677. O Edital está disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes/saudef>. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida na Gerência de Compras, à Avenida Afonso Pena, 2.336, 6º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG ou pelo telefone (31) 3277-7735.  
Raquel Russo Mota  
Gerência de Compras  
Jackson Machado Pinto  
Secretário Municipal de Saúde

**PLANEX S/A - CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO**  
CNPJ 17.453.978/0001-01

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Prezados Acionistas, a Planex está publicando o balanço de 2018. Cumprindo determinações legais e estatutárias, são apresentados a seguir os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas sobre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Empresa, neste exercício, mesmo com a notória crise econômica que assola o país, no exercício de 2018, conseguiu aumentar seu faturamento em relação ao ano de 2017 e consequentemente melhorar o resultado do exercício em relação ao exercício anterior.

	Saldos 2018	Saldos 2017	Saldos 2018	Saldos 2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.905.065</b>	<b>11.194.111</b>	<b>4.608.767</b>	<b>2.479.442</b>
Caixa	77.622	92.069	84.390	125.453
Bancos	1.964	82.527	1.248.065	792.763
Aplicações Financeiras	50	541	555.925	157.676
Clientes	2.332.454	447.592	1.805.801	1.200.000
Serviços Executados a Faturar	3.421.808	3.670.215	914.587	203.550
Impostos a Recuperar	286.274	152.742	-	-
Estoque de Imóveis a Venda	5.215.000	5.215.000	1.749.180	2.269.041
Créditos com Terceiros	1.569.892	1.533.424	4.540.890	4.619.980
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.227.678</b>	<b>7.750.477</b>	<b>183.000</b>	<b>-</b>
Realizável a Longo Prazo	4.912.046	4.594.667	10.050.906	9.576.125
Depósitos Judiciais	73.088	16.888	11.001.000	11.001.000
Créditos com Pessoas Ligadas	252.736	-	927.227	1.366.482
Créditos com Terceiros	-	-	-1.877.321	-2.791.357
Contingências	102.272	102.272	-	-
Imóveis para Venda	3.725.508	3.725.508	-	-
Participações em outras Empresas	758.443	750.000	-	-
Investimentos	2.114.282	1.724.929	-	-
Participação em Controladas e Coligadas	2.114.282	1.724.929	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>1.201.350</b>	<b>1.430.881</b>	<b>10.050.906</b>	<b>9.576.125</b>
Imóveis	1.037.274	1.099.774	11.001.000	11.001.000
Máquinas e Equipamentos	591.305	591.305	927.227	1.366.482
Móveis e Utensílios	227.643	227.643	-1.877.321	-2.791.357
Veículos	755.446	995.317	-	-
Equipamentos Informática e Softwares	1.178.327	1.178.327	-	-
Ferramentas e Instrumentos	9.958	9.958	-	-
Depreciações e Amortiz. Acumuladas (-)	(2.598.603)	(2.671.443)	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>21.132.743</b>	<b>18.944.588</b>	<b>21.132.743</b>	<b>18.944.588</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (valores expressos em reais)**

	Capital Realizado Atualizado	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017...</b>	<b>11.001.000</b>	<b>1.366.482</b>	<b>-2.791.357</b>	<b>9.576.125</b>
Ações em Tesouraria	-	-439.255	-	-
Lucros Distribuídos	-	-	-	-
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	914.036	914.036
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018...</b>	<b>11.001.000</b>	<b>927.227</b>	<b>-1.877.321</b>	<b>10.050.906</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (valores expressos em milhares de reais)**

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Findo em 31/12/2018	Exercício Findo em 31/12/2017
<b>Fluxo de Caixa Prov. das Operações</b>		
Resultado do Exercício	914	(3.438)
Depreciação e Amortização	147	239
Baixa (Pagamento) de Depósitos Judiciais	(56)	10
Redução (Aumento) em Créditos c/ Empresas/Pessoas Ligadas	(650)	141
Aumento (Redução) em Débitos c/ Empresas/Pessoas Ligadas	183	(300)
Valor Residual do Imobiliz. de Uso Baixado	(216)	123
Juros Pagos Sobre Financiamentos	289	768
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>611</b>	<b>(2.457)</b>
Redução (Aumento) em Clientes a Faturar	(1.885)	122
Redução (Aumento) em Medições a Faturar	248	(364)
Red. (Aum.) em Imp. e Contrib. a Compensar	(133)	67
Redução (Aum.) em Créd. Com Terceiros	(36)	2.488
Aumento (Redução) em Fornecedores	(41)	50
Aumento (Red.) em Obrigações Trabalhistas	148	(562)
Aum. (Red.) em Obrig. Sociais e Tributárias	627	(224)
Aumento (Redução) em Credores Diversos	711	(155)
Aumento (Redução) em Dividendos a Pagar	-	(300)
<b>Caixa Líquido Gerado (Utilizado) em Atividades Operacionais</b>	<b>(361)</b>	<b>1.122</b>
<b>Recursos Líquidos Prov. das Operações</b>	<b>250</b>	<b>(1.335)</b>
<b>Atividade de Investimento</b>		
Redução (Aum.) em Invest. Permanentes	69	(76)
Aplicações no Imobilizado de Uso	(19)	368
<b>Total da Atividade de Investimento</b>	<b>(50)</b>	<b>292</b>
<b>Atividade de Financiamento</b>		
Juros Pagos sobre Financiamentos	(289)	(768)
Pagamento de Emprést. e Financiamentos	(520)	(1.27)
Obtenção de Novos Emprést. e Financ.	604	1.509
Dividendos Propostos	-	179
<b>Total da Atividade de Financiamento</b>	<b>(205)</b>	<b>793</b>
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes</b>	<b>95</b>	<b>(250)</b>
Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	175	425
Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	80	175
<b>Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(95)</b>	<b>(250)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (valores expressos em reais)**

	Saldos 2018	Saldos 2017
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Receita da Prestação dos Serviços	13.330.193	6.823.150
Receita de Aluguel	35.000	-
(-) Impostos e Contrib. sobre Receitas	-1.672.695	-772.313
<b>RECEITA OPERAC. LÍQUIDA</b>	<b>11.692.498</b>	<b>6.050.836</b>
CUSTO DOS SERV. PRESTADOS	-9.833.121	-6.591.379
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.859.377</b>	<b>-540.543</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS</b>	<b>-945.341</b>	<b>2.897.037</b>
Despesas Administrativas	-2.189.879	-2.135.648
Despesas Comerciais	-543.226	458.657
Despesas Tributárias	-75.467	-274.753
Despesas Financeiras	-862.635	-1.471.280
Receitas Financeiras	20.087	44.365
Dividendos de Empresas não Coligadas	358.500	273.000
Resultado de SCP	-	-
Despesas Indutíveis	-4.827	-2.545
Resultado Equivalência	2.136.354	1.005.262
Receitas não Operacionais	215.752	123.219
Contrib. Social sobre Lucro Líquido	914.036	-3.437.580
<b>LUCROS ANTES DO IRPJ</b>	<b>914.036</b>	<b>-3.437.580</b>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>914.036</b>	<b>-3.437.580</b>

**PLANEX S/A**  
Consultoria de Planejamento e Execução  
Maurício Dias Fernandes  
CREA/MG - 7.042/D  
Leonardo Antunes da Conceição  
CONTADOR - CRC - 65.786

**RADIOGRUP PARTICIPAÇÕES S.A.**  
C.N.P.J.: 19.122.507/0001-46

**Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10	2	3.428	700
Contas a receber de clientes	-	-	3.515	638
Estoques	-	-	2	-
Impostos a recuperar	0	-	186	107
Dividendos a receber	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	-	-	82	600
<b>10</b>	<b>2</b>	<b>7.213</b>	<b>2.045</b>	
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	-	-
Depósito Judicial	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Mútuos a receber - partes relacionadas	-	-	-	914
Adto. para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-	-	914
Investimentos	6.306	2.461	-	(16)
Imobilizado	-	-	7.910	9.415
Intangível	-	-	15	13
<b>6.306</b>	<b>2.461</b>	<b>7.925</b>	<b>9.412</b>	
<b>6.306</b>	<b>2.461</b>	<b>7.925</b>	<b>10.326</b>	
<b>6.316</b>	<b>2.463</b>	<b>15.138</b>	<b>12.371</b>	
<b>Total do ativo</b>				
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1	-	383	1.533
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.515	3.396
Debêntures	-	-	-	-
Obrigações sociais	-	-	669	570
Obrigações tributárias	0	-	681	78
Contas a pagar por aquisições	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	928
Outros passivos circulantes	-	-	4.248	6.505
<b>1</b>	<b>-</b>	<b>4.248</b>	<b>6.505</b>	
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.560	3.401
Debêntures	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	-	-
Provisões para contingências	-	-	-	-
Contas a pagar por aquisições	54	-	-	-
Mútuos a pagar - partes relacionadas	15	-	78	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-
<b>69</b>	<b>-</b>	<b>4.638</b>	<b>3.401</b>	
<b>69</b>	<b>-</b>	<b>8.886</b>	<b>9.906</b>	
<b>Total do passivo</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	5.454	5.454	5.454	5.454
Reserva de capital	805	1.055	805	1.055
Reserva de lucros	29.969	29.912	29.969	29.912
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(29.982)	(33.958)	(29.982)	(33.958)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	6.246	2.463	6.246	2.463
Participação de não controladores	-	-	6	2
<b>6.246</b>	<b>2.463</b>	<b>6.252</b>	<b>2.465</b>	
<b>6.316</b>	<b>2.463</b>	<b>15.138</b>	<b>12.371</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 - (Em milhares de reais)</b>				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b></b>				

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar Pregão Presencial nº 003/2019, sob o sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de PÂES, a ser realizada de forma parcelada, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Administração Pública. Credenciamento: 15/04/2019; de 08:00 hs às 08:30 hs. Início da Sessão: Após encerramento do credenciamento. Evanielso Aparecido Carneiro - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3631-1420 ou via e-mail: licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br. Consulta ao Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar Pregão Presencial nº 004/2019, sob o sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de LANCHES, a ser realizada de forma parcelada, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Administração Pública. Credenciamento: 16/04/2019; de 08:00 hs às 08:30 hs. Início da Sessão: Após encerramento do credenciamento. Evanielso Aparecido Carneiro - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3631-1420 ou via e-mail: licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br. Consulta ao Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação –PREGÃO nº 0024/2019– Processo nº 0088/2019. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização de REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MAQUINAS PESADAS Data e horário da sessão:15/04/2019, às 16:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br). João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

### SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E REGIÃO SUDESTE/MG EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A diretoria Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião do Paraíso/MG e Região Sudeste de Minas Gerais, designado pela sigla SEMPRE-SUDESTE/MG, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº: 23.767.353/0001-17, com sede à Rua Pedro Gomes do Nascimento, n.º55, Bairro Loteamento Zélia, São Sebastião do Paraíso/MG, CEP 37.950-000, através de seu presidente Rildo Domingos da Silva, convoca os servidores públicos do município de São Sebastião do Paraíso, Bandeira do Sul, Botelhos, Campo do Meio, Capetinga, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Bittura de Minas, Jacuí, Juruia e Pratópolis, filiados a este sindicato para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede do Sindicato, no dia 05 de maio de 2019, às 17h30min em primeira convocação, e às 18h00min em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Aprovação de Prestação de Contas do Exercício de 2018. 2- Discutir e aprovar a Previsão Orçamentária para o exercício de 2019. São Sebastião do Paraíso - MG, 29 de Março de 2019. Rildo Domingos da Silva - Diretor Presidente.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Aviso de Julgamento de Recurso. Pregão Presencial 08.024/2019. Processo 026. Objeto: Aquisição de pneus e materiais de consumo para a manutenção da frota de veículos da linha leve, caminhões e máquinas pesadas que atendem aos serviços das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. O Prefeito Municipal de Araxá, no uso de suas atribuições comunica que foi negado provimento ao recurso interposto pela recorrente EL ELYON PNEUS EIRELI ME, para manter a decisão do Pregoeiro. As razões que motivaram tal posicionamento encontram-se a disposição dos interessados, para consulta, no site [www.araxa.mg.gov.br](http://www.araxa.mg.gov.br) e no Setor de Licitação, a Avenida Rosália Isaura de Araújo nº 275 - Bloco 03 B. Guilhermina Vieira Chaer, Araxá-MG, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min. Demais informações pelo telefone 34.3691-7022/3691-7145 - 3662.2506. Aracely de Paula, Prefeito Municipal, 26/03/19.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TRABALHADORES DA CSN MINERAÇÃO

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO MINERAL E DE PESQUISA, PROSPECÇÃO, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DO FERRO E METAIS BÁSICOS E DEMAIS MINERAIS METÁLICOS E NÃO METÁLICOS DE CONGONHAS, BELO VALE E OURO PRETO E REGIÃO – METABASE INCONFIDENTES no uso de suas atribuições estatutárias convoca todos os trabalhadores da CSN Mineração, associados ou não ao Sindicato, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 03 de abril/2019, tendo à primeira assembleia a primeira chamada às 08h00min e segunda chamada às 08h30min, à segunda assembleia a primeira chamada às 17h30min e segunda chamada às 18h00min, ambas na sede do Sindicato localizado a Avenida Padre Leonardo, nº 50, Centro – Congonhas/MG. A assembleia é chamada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1 – Montagem de Pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2020; 2 – Autorização para instalação de assembleia em caráter permanente; 3- Outros assuntos de interesse da categoria profissional. Congonhas/MG, 29 de março de 2019. Rafael Ribeiro de Ávila, Presidente.

### AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM nº 02234-9

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019  
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia”), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009 (“ICVM 481/2009”), convocar a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2019, às 13h00, excepcionalmente, conforme facultada o art. 124, § 2º, da Lei das S.A., no Hotel Mercure Belo Horizonte, na Avenida do Contorno, nº 7.315, Bairro Lourdes, CEP 30.110-047, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (iv) fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) dispensa de candidato ao Conselho de Administração do requisito de não exercício de cargo em sociedade potencialmente concorrente no mercado, nos termos do art. 147, § 3º, I da Lei das S.A.; (vi) eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração; (vii) indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (viii) caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e (ix) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2019. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., e do art. 10 do Estatuto da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, além do original ou cópia autenticada do documento de identidade e cópia autenticada dos atos societários que comprovem a representação legal: (a) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; e (b) cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação; e (c) relatório aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia autenticada do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e 2º da Lei 10.406/2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo do reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 4º da ICVM 481/2009 e nos arts. 1º e 3º da Instrução CVM 165/1991, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgado em 04.11.2014). A Companhia solicita, nos termos do art. 10 do estatuto, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia com, no mínimo, 72 horas de antecedência. A documentação poderá ser entregue na sede da Companhia ou encaminhada aos cuidados do Departamento de Relações Com Investidores para o e-mail [ri@arazzo.com.br](mailto:ri@arazzo.com.br). Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da Assembleia, conforme art. 5º, § 2º da ICVM 481/2009. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://www.arazzo.com.br>) e foram enviados à CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Belo Horizonte, 29 de março de 2019. Alessandro Giuseppe Carlucci - Presidente do Conselho de Administração.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Torna público para conhecimento dos interessados que promoveu alterações nas especificações dos itens referente ao Processo 027 – Pregão Presencial 019/2019. Objeto: Registro de preços para aquisição de tendas. As demais informações permanecem inalteradas. CPL. Célio Santana - Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 029/2019 – Pregão Presencial SRP n.º 021/2019 - Objeto: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção de poços artesianos no município. Data: 09:00 horas dia 16/05/2019. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: email: [licitacao@buenopolis.mg.gov.br](mailto:licitacao@buenopolis.mg.gov.br)-CPL. Célio Santana - Prefeito Municipal.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 030/2019 – Pregão Presencial n.º 022/2019 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de poços artesianos no município. Data: 14:00 horas dia 16/05/2019. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: email: [licitacao@buenopolis.mg.gov.br](mailto:licitacao@buenopolis.mg.gov.br)-CPL. Célio Santana - Prefeito Municipal.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação – PREGÃO nº 0020/2019– Processo nº 0084/2019. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCENDIO Data e horário da sessão:11/04/2019, às 13:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br). João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG – Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 008/2019 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 13:00h do dia 17 de abril de 2019, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação - Pregão Presencial nº 008/2019, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" Registro de preços para aquisição de materiais esportivos diversos para uso das Escolas Municipais, Secretaria de Saúde, CRAS e Desporto Amador do Município . Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: [licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br](mailto:licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br)

### FRIGORÍFICO INDUSTRIAL VALE DO PIRANGA S/A CNPJ. Nº 00.763.832/0001-60 ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em A.G.O. e A.G.E., às 18h30min, em primeira convocação, podendo ser instalada em primeira chamada às 18h30min, havendo quórum legal, do dia 25 de abril de 2019, no auditório da sede social da empresa à Rodovia MG 826 Km 2 Ponte Nova Oratórios no município de Ponte Nova-MG, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: AGENDA DA A.G.O.: a) Análise e deliberações sobre o Relatório da Administração, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2018. b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e inclusive no que diz respeito à composição de reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei nº 6.404/76. c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal. AGENDA DA A.G.E.: a) Alteração da redação do artigo 18 do Estatuto Social, que trata da composição da Diretoria. b) Dispensa a administrador de cumprimento da exigência contida no § 3º do art. 147, da Lei das S.A.s. c) Proposta de Prorrogação do Acordo de Acionistas. d) Proposta de Prorrogação do Contrato de Entrega de Suínos. e) Fixação dos honorários dos Administradores e Diretores. f) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Ponte Nova, 25 de Março de 2019

Tito Garavini Soares  
Presidente do Conselho de Administração

### EDITAL DE COMUNICAÇÃO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE VARGINHA E REGIÃO-MG

O Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto e pela legislação sindical vigente, comunica a todos os empregados do Banco do Brasil, ativos e aposentados, da base territorial dessa entidade, a saber: Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Bom Sucesso, Camacho, Cambuquira, Campanha, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candéias, Capitão, Carecu, Carmo da Cachoeira, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carrancas, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Congonhal, Coqueiral, Cordislândia, Cristais, Delfinópolis, Elói Mendes, Fama, Guapé, Heliodora, Ilhéus, Itaguaçu, Itatiaçu, Jesuânia, Lambari, Lavras, Luminárias, Machado, Monsenhor Paulo, Natércia, Nepomuceno, Oliveira, Paraguaçu, Passa Tempo, Passos, Perdões, Pimenta, Piumhi, Poço Fundo, Pouso Alegre, Ribeirão Vermelho, Santana da Vargem, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São José da Barra, São Roque de Minas, São Tomé das Letras, Serrania, Silvianópolis, Soledade de Minas, Três Corações, Três Pontas, Turvolândia e Varginha, que existe uma ação coletiva na Justiça do Trabalho, referente ao Ticket Alimentação, na qual o Sindicato dos Bancários de Varginha e Região atua no polo ativo como substituto processual, autos de n.º 0011644-98.2016.5.03.0153, e que após sentença judicial favorável há necessidade de apresentar o rol dos substituídos. Portanto os empregados do Banco do Brasil, da nossa base territorial, que foram contratados até 31/12/1991, que na época receberam em seus contracheques a verba alimentação em dinheiro e que ainda estejam na ativa ou se apresentaram a partir de novembro de 2014, deverão enviar ao e-mail do sindicato, qual seja, [licitacao@bancariosvarginha.org.br](mailto:licitacao@bancariosvarginha.org.br), imprimeiramente até o dia 09/04/2019, os dados pessoais (nome, número do CPF e número da matrícula do banco, agência em que está lotado ou última agência que trabalhou antes de se aposentar e número do telefone de contato) requerendo que seus nomes sejam incluídos no rol dos substituídos. Varginha (MG), 29 de março de 2019. Fábio Massote Chaves - Presidente

MUNICÍPIO DE NOVA PORTEIRINHA/MG  
Torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2019, no dia 12/04/2019, às 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, localizada Av. Tancredo Neves de Almeida, 260 – Centro, objetivando o registro de preços para aquisição forro de gesso, telhas de aço zincada, pedras de granito, mármore e cuba retangular, conforme descrição constante no edital, Anexo II "TERMO DE REFERENCIA". O edital poderá ser solicitado pelo e-mail: [licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br](mailto:licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br). Telefex: (38) 3834-1748. Juracy Fagundes Jácome - Prefeito Municipal.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

**Aviso de Retificação de Licitação - Pregão Presencial nº. 19/2019 - Objeto:** Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa para implantação semaforica na cidade de Porteirinha, com fornecimento de materiais e mão de obra. Motivo: Retificação de itens e acréscimo de anexos ao Edital. Nova data da licitação: 11/04/2019 às 09:00hs. Local: Praça Presidente Vargas, 01 – Centro, Porteirinha-MG. Edital disponível [www.porteirinha.mg.gov.br](http://www.porteirinha.mg.gov.br). Informações (38) 3831-1297 ou [licitacao@porteirinha.mg.gov.br](mailto:licitacao@porteirinha.mg.gov.br). Porteirinha/MG, 29/03/2019. Advá Mendes Silva – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS/MG - ATO JUSTIFICADOR REFERENTE A LEI FEDERAL Nº 8.987/95 – A Prefeitura do Município de Passos, através da Secretaria Municipal de Planejamento, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no artigo 5º da lei Federal nº 8.987/95, torna público o Ato Justificador, cujo objeto é a permissão a iniciativa privada a prestação de serviço público de transporte individual por Táxi no Município através de veículo automotor de passageiros , tipo automóvel, de categoria aluguel , com 4 (quatro) portas e capacidade máxima de 6 (seis) passageiros, conforme Lei Municipal Nº 3.280/17.Os interessados poderão consultar o documento no site desta municipalidade, qual seja, [www.passos.mg.gov.br](http://www.passos.mg.gov.br), na aba Downloads, (Ato Justificador - Referente a Lei Federal nº 8.987/95). Renato Mohallem Santiago – Secretário Municipal de Planejamento. Passos, 29 de março de 2019.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG

**Ratificação: Processo Licitatório Nº 201/2019. Modalidade: Inexigibilidade nº 001/2019.** Ratifico nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93, o ato de Declaração de "Inexigibilidade", exarado neste feito, caracterizada pelo art. 26, da citada Lei, procedimento licitatório instaurado para contratação da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PASSOS para prestação de serviços de atendimento hospitalar, médico cirúrgico e exames de média e alta complexidade destinado a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João Batista do Glória/MG, pela referida empresa nos termos do art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93. Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Rubrica Orçamentária: 02.08.01.10.122.0003.2050.33903900. São João Batista do Glória/MG, 27 de março de 2019. Aparecida Nilva dos Santos - Prefeita Municipal.

### Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Balas, Doces, Conservas Alimentícias, Carnes e Derivados, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte e Região/MG EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2019

Pelo presente Edital nos termos do artigo 605 da CLT, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Balas, Doces, Conservas Alimentícias, Carnes e Derivados, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte e Região/MG, CNPJ: 17.432.188/0001-40, Código Sindical: 016.088.070993, com Sede na Rua Curitiba, nº 689, 13º andar, Centro, BH/MG identifica as Empresas dos setores das Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Balas, Doces, Conservas Alimentícias, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte, Esmeraldas, Jaturubá, Florestal, Mateus Leme, Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Moeda, Congonhas, Ouro Branco, Barbacena, Betim, Lagoa Santa, Igarapé, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Matozinhos, Vespasiano, Jaboticatubas, Sabará, Caeté, Itabira, Nova Lima, Rio Acima, Raposos, Ibiritê, Brumadinho e seus respectivos Distritos e todas as Indústrias de produtos de cacau, balas, doces, conservas alimentícias, milho, trigo, soja, mandioca, torrefação e moagem de café solúvel e rações balanceadas de Contagem/MG, que a Contribuição Sindical referente ao mês de março de 2019, descontada com autorização dos empregados, correspondente a 01 (um) dia de trabalho, deverá ser recolhida em agências da Caixa Econômica Federal (ou bancos conveniados) ou Casas Lotéricas, por meio de guias expedidas pelo sindicato e com vencimento em 30 de abril de 2019. As guias para o recolhimento da contribuição sindical poderão ser solicitadas no endereço da entidade acima mencionada, pelo e-mail: [bruno.lopes@sitipan.com.br](mailto:bruno.lopes@sitipan.com.br) ou pelo telefone (31) 3239-2100, no horário comercial. O recolhimento após o vencimento ensejará os acréscimos previstos pelo artigo 600 da CLT e, o não pagamento, à cobrança executiva, nos termos do Artigo 606 da CLT. Belo Horizonte, 27 de Março de 2019. Fernanda Maria Ferreira Lopes Sampaio - Presidente.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Carangola/MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 022/2019, Pregão 011/2019, do tipo menor preço. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Consumo e de Reagentes para o Laboratório em Atendimento dos serviços do Fundo Municipal de Saúde do Município de Carangola, conforme especificações constantes do Termo de Referência, com exclusividade de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempresendores Individuais - MEI. Entrega dos envelopes/Abertura/Credenciamento: 11/04/2019 às 09:00 horas. Informações pelo Site: [www.carangola.mg.gov.br](http://www.carangola.mg.gov.br) - Telefone: (32) 3741-9604 - e-mail: [licitacao@carangola.mg.gov.br](mailto:licitacao@carangola.mg.gov.br) ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, situado na Praça Coronel Maximiano, 88, bairro Centro, Carangola/MG, CEP. 36.800-000. Carangola/MG, 28 de março de 2019. Icaro Bertolacci Tavares de Melo - Pregoeiro Oficial.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Carangola/MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 023/2019, Pregão 012/2019, do tipo menor preço. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carangola, conforme especificações constantes do Termo de Referência, com exclusividade de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempresendores Individuais - MEI. Entrega dos envelopes/Abertura/Credenciamento: 12/04/2019 às 09:00 horas. Informações pelo Site: [www.carangola.mg.gov.br](http://www.carangola.mg.gov.br) - Telefone: (32) 3741-9604 - e-mail: [licitacao@carangola.mg.gov.br](mailto:licitacao@carangola.mg.gov.br) ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, situado na Praça Coronel Maximiano, 88, bairro Centro, Carangola/MG, CEP. 36.800-000. Carangola/MG, 28 de março de 2019. Icaro Bertolacci Tavares de Melo - Pregoeiro Oficial.

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – EXERCÍCIO DO ANO 2019 – O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE BELO HORIZONTE, CONTAGEM, RIBEIRÃO DAS NEVES, SARZEDO, IBIRITÊ, NOVA LIMA, RAPOSOS E RIO ACIMA, Entidade Sindical de primeiro grau, com sede na Rua Camilo Flammarion, nº. 55; Bairro Jardim Industrial, Contagem/MG, CEP: 32.215-310, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.448.317/0001-98, devidamente registrada no MTE sob o código sindical nº. 914.023.805.49591-4, com base territorial nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Ibiritê, Nova Lima, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima e Sarzedo, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições e na forma da Lei (arts. 605 e 606 da CLT e art. 7º da Lei nº. 11.648/2008), pelo presente edital COMUNICA todas as empresas vinculadas a atividade econômica correspondente a representação do Sindicato e a pessoas a quem compete que, conforme a autorização prévia e expressa concedida na assembleia geral extraordinária da categoria, deverão descontar na folha de pagamento do mês de março de 2019 dos trabalhadores representados pelo Sindicato, a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL prevista no art. 582 da CLT com a observância, ainda, dos demais artigos do capítulo III da CLT e das Portarias do M.T.E. que aprovam o novo modelo e instruções de preenchimento da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana – GRCSU, sendo que a importância a ser descontada deverá corresponder a 1/30 (um trinta avos) da remuneração de cada um dos aludidos trabalhadores, sindicalizados ou não, percebida no mês de março do corrente ano (art. 580, inciso I da CLT) e o seu pagamento deverá ocorrer no mês de abril de 2019, nos estabelecimentos financeiros credenciados, em nome deste Sindicato, com a posterior remessa dos seguintes documentos: 1) relação nominal dos trabalhadores contribuintes, com a indicação de cargo, remuneração percebida no mês de desconto, com o respectivo valor recolhido; 2) Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana – GRCSU, devidamente quitada. De acordo com o art. 585 da CLT, os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento da contribuição sindical unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, desde que a exerça, efetivamente, na firma ou empresa e como tal sejam nelas registrados. O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo será acrescido de multa no importe de 10% (dez por cento), com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente ao atraso, além dos juros de mora de 1% (um por cento) e correção monetária (art. 600 da CLT), a cargo exclusivo do empregador. As Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical urbanas já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até a data do seu vencimento, solicitá-las ao Sindicato ou emitir-las no site da Caixa Econômica Federal. Mais informações poderão ser solicitadas na sede desta entidade nos telefones: (31) 3369-0532 / 3369-0510 ou pelo e-mail: [sind.mr@terra.com.br](mailto:sind.mr@terra.com.br). O presente edital segue publicado no Jornal Hoje Em Dia, com ampla circulação na base territorial do Sindicato, bem como no Boletim “O Metalúrgico”, Edição nº. 237. Belo Horizonte/MG, 29 de Março de 2019. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte, Contagem e Região. Geraldo Maria Valgas de Araújo – Presidente.

## ▶ OPERAÇÃO

# FISCAL DA PBH PRESO POR FRAUDE

## SERVIDOR É SUSPEITO DE VENDER FALSOS ALVARÁS DE TERRENOS PÚBLICOS E PRIVADOS

MARIANA DURÃES

mduraes@hojeemdia.com.br

Três homens foram presos suspeitos de vender alvarás de terrenos na capital mineira. Um deles, de 46 anos, é fiscal concursado da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Os outros dois, de 41 e 33 anos, fingiam ocupar a função. Eles negam os crimes.

Até o momento, a Polícia Civil identificou pelo menos sete terrenos negociados por eles. Os valores cobrados giravam em torno de R\$ 100 mil.

Conforme a delegada Cristiana Angelini, os alvos eram famílias de baixa renda, que ocupavam terrenos do município, Estado e também privados.

“Cada um tinha uma função. O funcionário da prefeitura tinha informações privilegiadas. Outro é formado em direito e se apresentava como advogado, o que passava certa confiança. Após o pagamento, eles levavam os documentos, que, no entanto, eram falsos”, explicou.

Ainda conforme a delegada, os locais tinham usos diversos, desde mo-

MARIANA DURÃES



X-9—Funcionário já era investigado por supostamente avisar a donos de comércios quando haveria fiscalizações da prefeitura

radia a sedes de empresas e plantações.

A primeira vítima procurou a polícia em 2017. “Depois de receberem os documentos, os compradores decidiram construir no lo-

cal, que era usado por uma família há mais de 40 anos. Com o embargo da obra, descobriram que os documentos eram falsos”.

As negociações foram feitas principalmente nos

bairros Minas Caixa, São Gabriel e Santa Inês. Os investigadores acreditam que existam mais vítimas e pedem que as pessoas procurem a Polícia Civil.

Outros dez mandados

de busca e apreensão foram cumpridos na operação. Na casa dos suspeitos foram encontrados coletes da PBH, distintivos, uma arma, computadores e celulares.

### INVESTIGAÇÃO

No início, a investigação mirava uma organização criminosa que atuava vendendo terrenos públicos na região Nordeste. Com o avançar da apuração, os policiais descobriram o grupo, que fazia ocupações irregulares e facilitava serviços públicos, além de atrapalhar fiscalizações da PBH.

A expectativa é a de que mais pessoas sejam presas. Os três detidos na sexta vão responder por crimes como estelionato, grilagem, associação criminosa e falsificação de documento público.

Nenhum deles tinha passagem pela polícia. Porém, o funcionário da prefeitura já era investigado internamente por má conduta. Ele era suspeito de avisar a donos de comércios, em troca de dinheiro, quando ocorreriam fiscalizações.

A PBH informou que recebeu em 2018 uma denúncia de venda irregular de terreno público envolvendo um servidor. “Está aberto procedimento administrativo pela Corregedoria Municipal, que atua em colaboração com a Polícia Civil”, afirmou, em nota.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Torna público o extrato do contrato 024/2019 do processo licitatório nº 193/2018, Tomada de Preços nº 006/2018. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação asfáltica composto de regularização e compactação de subleito, imprimação, pintura de ligação e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) de espessura de 2,0 cm compactado na rua sem saída no Bairro Novais de Cima, Município de Nova Serrana – MG. Empresa vencedora: CONSTRUTORA J. MAIA EIRELI. CNPJ: 14.054.958/0001.70, que apresentou proposta perfazendo um valor total de R\$ R\$92.985,17. Nova Serrana 29 de março de 2019. Euzébio Rodrigues Lago. Prefeito Municipal.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### Pregão Presencial - nº 060/2019

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o Pregão Presencial - nº 060/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada em Solução de Gerenciamento Eletrônico de Frequência (ponto eletrônico), na modalidade SaaS (software como serviço), com operação em ambiente web, incluindo as licenças de uso do software, a locação de registradores de ponto biométricos, a hospedagem de dados em data center virtual (cloud/nuvem) e os serviços técnicos de consultoria para implantação e suporte ao software e para manutenção dos equipamentos fornecidos ao Município de Nova Lima. Data de realização 16/04/2019 às 13:30 h. O edital poderá ser retirado no site [www.novalima.mg.gov.br](http://www.novalima.mg.gov.br), em Portal da Transparência/Publicações. Nova Lima, 29 de março de 2019. A Pregoeira.

#### COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DE ALGODÃO. CNPJ: 19.525.260/0001-09.

##### AVISO AOS ACIONISTAS.

Comunicamos aos senhores (as) acionistas que na sede da Companhia, à Rua Ondina Carvalheira Peixoto, 123, Bairro Palmeiras, em Cataguases (MG), encontram-se à disposição os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Cataguases (MG), 27 de Março de 2019. Rodrigo Lanna Filho – Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG - Tomada de Preços n.º 10/2019. CNPJ nº 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. da CPL, Edilson Antônio de Oliveira, que se acha aberto o Procedimento Licitatório nº. 46/2019, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada para Construção do Proinfa Nova Capitólio Projeto 02 TIPO 02-FNDE-ID OBRA Nº 1018145. Devendo os Envelopes contendo Documentação Habilitação (Envelope 01) e Proposta Comercial (Envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 25/04/2019, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 09:30 horas do dia 25/04/2019, no mesmo local. Informações através do telefone (37)33731244 ou [www.capitolio.mg.gov.br](http://www.capitolio.mg.gov.br).

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PATIS/MG

Proc. Lic. 019/19 – Pregão P. 006/19. Aquisição de mater. e equip. médico-hospitalares. Entr. Envel./ Credenc.: Até às 07:50hs. do dia 11/04/19. Infor: (38)3239-8131/8120. Edital no Portal: [patis.mg.gov.br](http://patis.mg.gov.br) Érica Katiane M. dos Santos – Pregoeira Oficial.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODoviÁRIOS E URBANO DE MONTES CLAROS/MG E DO NORTE DE MINAS

O Presidente do Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a todos os trabalhadores em empresas de transporte de cargas em geral, sediadas na base territorial do Sindicato Profissional, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12/04/2019 (sexta-feira) às 09:00 horas e às 17:00 horas e no dia 13/04/2019 (sábado) às 12:00 horas e às 16:00 horas, na sede da Entidade, à Rua Imperial, nº 577, Bairro Esplanada - Montes Claros/MG, em primeira convocação, para tratarem da seguinte ordem do dia: a) leitura do edital convocatório; b) elaboração, discussão e aprovação da pauta de reivindicações a ser remetida à categoria econômica representada pelo SIND. DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA DO NORTE DE MINAS - SINDINOR - CNPJ: 25.205.709/0001-54, visando à efetivação da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT/2019/2020; c) votação para a aprovação da aludida pauta; d) autorização para que a Diretoria do Sindicato profissional possa firmar acordo administrativo, com a assinatura da CCT, com ou sem mediador e na sua inviabilidade, conceder poderes para que seja ajuizado do competente Dissídio Coletivo ou declarar estado de greve; e) deliberar acerca da autorização para desconto e repasse de contribuições sociais para o sindicato profissional, observado o disposto no art. 8º, incisos III, IV, XXVI, da Constituição da República, c/c os arts. 462, 545, 513, alínea "e", 578, 579, 582, 583, 602 e 611-B, todos da CLT, art. 8º, da Convenção 95 da OIT e, ainda, leitura da íntegra das normas Resolução CONALIS/MPT 01/2018 e 02/2018 e do Enunciado 38/2017 da ANAMATRA (02ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho), com fixação de valor de Contribuição Assistencial, Contribuição Confederativa, conforme inciso IV do art. 8º da Constituição Federal e/ou o desconto da Contribuição Sindical, para 2019; f) instalação Assembleia permanente; g) assuntos Gerais de interesse da Categoria Profissional. Não havendo número legal de presentes em 1ª (primeira) convocação as Assembleias serão realizadas 30 (trinta) minutos após em 2ª (segunda) e última chamada, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes. O encerramento das Assembleias só ocorrerá após o término das negociações com o conhecimento dos interessados. Por esta razão, a mesma poderá se realizar na porta das EMPRESAS, ou local de fácil acesso aos trabalhadores, às decisões tomadas nestas Assembleias prevalecerão para todos os fins de direito, e a ela se vinculam todos os trabalhadores sindicalizados ou não a Entidade convocante. Montes Claros, 29 de Março de 2019. Antônio Roberto Guedes - Diretor-Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000094/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº 000007/2019: O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que reabriu o prazo e fará realizar às 09:00 horas do dia 17 de abril de 2019, em sua sede Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, Bairro da Ponte Nova, a habilitação para o Processo Licitatório nº 000004/2019 na modalidade Tomada de Preços nº 000001/2019, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para Instalação de Sistema de Gases Medicinais no Hospital Municipal. Mais informações pelo endereço eletrônico <<http://extrema.mg.gov.br/licitacoes>>. Extrema, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019: O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que reabriu o prazo e fará realizar às 09:00 horas do dia 17 de abril de 2019, em sua sede Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, Bairro da Ponte Nova, a habilitação para o Processo Licitatório nº 000004/2019 na modalidade Tomada de Preços nº 000001/2019, objetivando a contratação de empresa para desenvolvimento de projetos e realização de sondagem para construção de piscinas olímpicas, de hidroginástica, vestiários, fachada em ACM, arquibancada e cobertura metálica no complexo aquático e esportivo Gumerindo Luiz Pinto Monteiro - Extrema MG., que seria às 09:00 horas do dia 03/04/2019. Mais informações pelo endereço eletrônico <<http://extrema.mg.gov.br/licitacoes>>. Extrema, 29 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019: O Município de Extrema, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que devido à alterações no Edital, reabriu o prazo e fará realizar às 09:00 horas do dia 16/04/2019, em sua sede Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624, Bairro da Ponte Nova, a habilitação para o Processo Licitatório nº 070/2019 na modalidade Tomada de Preços nº 011/2019, objetivando a contratação de empresa para desenvolvimento de projetos e realização de sondagem para construção de piscinas olímpicas, de hidroginástica, vestiários, fachada em ACM, arquibancada e cobertura metálica no complexo aquático e esportivo Gumerindo Luiz Pinto Monteiro - Extrema MG., que seria às 09:00 horas do dia 03/04/2019. Mais informações pelo endereço eletrônico <<http://extrema.mg.gov.br/licitacoes>>. Extrema, 29 de março de 2019.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

##### Aviso de Licitação

##### Processo nº 043/2019

##### Pregão nº 030/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de buffet destinada à prestação de serviços em eventos das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 12/04/2019. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 – ou através do e-mail [licitacao@riopardo.mg.gov.br](mailto:licitacao@riopardo.mg.gov.br) ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas. 29/03/2019 Marcus Vinicius de Almeida Ramos Prefeito Municipal.

#### Prefeitura Municipal de Barroso

1º Termo Aditivo ao Contrato nº11/2019, celebrado entre o Município de Barroso e a empresa Pavel Pavimentadora Vertentes Ltda, CNPJ: 05.401.407/0001-44, Referente ao Processo Licitatório 292/2017, Tomada de Preços: 06/2019, contratação de serviço de empresa especializada em pavimentação asfáltica CBQU.